

FADISP

2020

PARCIAL

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



COMISSÃO PRÓPRIA DE
AVALIAÇÃO (CPA)

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Comissão Própria de Avaliação (CPA)

MANTIDA

Faculdade Autônoma de Direito (FADISP)

MANTENEDORA

Centro Educacional Alves Faria Ltda. (CENAF)

CORPO DIRIGENTE

José Alves Filho
Presidente da Mantenedora

Carlos Eduardo Trindade
Diretor Superintendente

Thiago Lopes Matsushita
Diretor Acadêmico

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka
Coordenadora Titular Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Lauro Ishikawa
Coordenador Adjunto Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Carolina Noura de Moraes Rêgo
Coordenadora do Curso de Graduação em Direito

Victor Henrique Grampa
Coordenador da Comissão Própria de Avaliação – CPA

CORDENADORES (AS) DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Curso	Coordenador (a)
Direito	Carolina Noura de Moraes Rêgo

**CORDENADORES (AS) DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU**

Curso	Coordenador (a)
Mestrado em Função Social do Direito	Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka / Lauro Ishikawa
Doutorado em Função Social do Direito	Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka / Lauro Ishikawa

SITUAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM 2020**CURSOS DE GRADUAÇÃO ATIVOS**

Curso	Carga Horária
Bacharelado em DIREITO	4151 horas (10 semestres) Autorização: Portaria 1358 de 04/07/2001 Reconhecimento: Portaria 366 de 13/07/2006 CPC (2018): 3 / ENADE (2018): 2

CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EXTINÇÃO (A PEDIDO DA IES)

Curso	Carga Horária
Bacharelado em ADMINISTRAÇÃO	3720 horas (8 semestres) Autorização: Portaria 732 de 23/12/2013 Reconhecimento: Portaria 1109 de 25/10/2017
Bacharelado em CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3400 horas (8 semestres) Autorização: Portaria 694 de 17/12/2013 Reconhecimento: Portaria 608 de 06/09/2018

CURSOS DE GRADUAÇÃO EXTINTOS (A PEDIDO DA IES)

Curso	Carga Horária
Bacharelado em SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	3720 horas (8 semestres) Autorização: 567 de 07/11/2013 Reconhecimento: Portaria 578 de 09/12/2020

**Missão**

Exercer uma ação integrada em suas atividades educacionais visando à geração, à sistematização e à disseminação do conhecimento, para a formação de profissionais empreendedores capazes de promover a transformação e o desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade em que estão inseridos.

**Visão**

Se tornar um centro de ensino de excelência, com referência nacional, estimulando o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e competências de seus discentes para que alcancem o sucesso pessoal e profissional, oferecendo-lhes não somente a formação técnica, mas também princípios que formem o cidadão, com a colaboração de capacitados docentes e utilizando modernas tecnologias didático-pedagógicas.

**Valores**

A atuação e o desenvolvimento das atividades serão norteados em um comprometimento vinculado à liberdade de expressão, à pluralidade de ideias e opiniões, à ética, à solidariedade e ao respeito às liberdades individuais e aos direitos coletivos



1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Institucional visa à melhoria da qualidade da educação superior, o aumento permanente da eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, com especial atenção, impulsionar o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão, da promoção dos valores democráticos, do respeito às diferenças e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O intuito fundamental do processo de autoavaliação é a construção de uma consciência institucional, com a transformação da cultura institucional, tendo em vista possibilitar que os resultados obtidos forneçam informações relevantes e necessárias aos gestores, permitindo programar ações a curto, médio e longo prazo, a fim de alcançar os objetivos maiores – na perspectiva de uma educação de qualidade, voltada para a formação do sujeito, o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

A Avaliação Institucional acontece com a finalidade de identificar as potencialidades e fragilidades no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. No processo avaliativo considerou-se a comunidade acadêmica como um todo, numa perspectiva interna e externa. Nesse sentido, foram contempladas as tendências, os riscos e as oportunidades para a Instituição e seus *stakeholders*. O desenvolvimento da autoavaliação teve a função de promover a busca da excelência no contexto vivenciado por seus integrantes onde o saber e o fazer influenciam no agir de seus participantes impulsionando a melhoria da qualidade.

O presente relatório exhibe as informações que atendem às determinações legais instituídas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e, refletindo o processo de amadurecimento da cultura de avaliação, através do conjunto de atividades e ações que norteiam a revisão contínua dos valores e objetivos institucionais.

Os dados aqui apresentados da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) são referentes ao ano de 2020, representando relatório parcial, sendo consideradas as informações pertinentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Nos termos da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A Instituição reconhece a necessidade e importância da Avaliação Institucional como elemento de autogestão, objetivando, com este relatório, informar sobre o cumprimento de sua missão, bem como o crescimento institucional em todas as áreas de atuação acadêmica, podendo assim, reafirmar sua identidade social. É a educação um direito fundamental, de tal modo que a constante avaliação é necessária, garantindo aprimoramento constante.

Ao longo do processo de avaliação procurou-se analisar a qualidade das ações desenvolvidas objetivando compreender o significado que estas ações representam para o crescimento e desenvolvimento da comunidade acadêmica. Os resultados são esclarecedores e levam a afirmar que é fundamental o processo de avaliação interna, com a finalidade de fortalecer os serviços educacionais prestados no âmbito institucional.

O envolvimento dos componentes institucionais no processo de autoavaliação torna-se essencial na medida em que permite a análise, reflexão e construção de novas formas de aprendizagem, comunicação e ações de transformação. Assim, a autoavaliação fortalece o processo democrático, com vistas a contribuir com a construção de uma Instituição socialmente comprometida, competente, responsável e transparente para a sociedade.

1.1 Dados da Instituição

1.1.1 – Dados da Mantida:

Nome	FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO - FADISP
Dados e-MEC	Código: 1752 CI - Conceito Institucional: 3 IGC - Índice Geral de Cursos: 4
Instituição:	Sociedade Civil – privada com fins lucrativos
Estado	São Paulo
Município-sede	São Paulo
Site	https://fadisp.com.br/
Endereço	Unidade Pinheiros R. João Moura, 313 São Paulo-SP (11) 2395-7500

1.1.2 – Dados da Mantenedora:

Nome	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA.	
Código	979	
Instituição	Sociedade Empresária Limitada	
CNPJ/MF	02.850.990/0001-82	
Estado	Goiás	
Município-sede	Goiânia	
Mantenedora	Centro Educacional Alves Faria	
Site	www.unialfa.com.br	
Endereços	Unidade Perimetral Av. Perimetral Norte, nº 4129 Vila João Vaz – Goiânia – GO Fone: (62) 3272-5000	Unidade Bueno Av. Mutirão, nº 2600 Setor Bueno – Goiânia – GO Fone: (62) 3520-9400

A Instituição credenciada pela Portaria Ministerial nº. 1358, de 04 de julho de 2001, publicada no D.O.U. de 09 de julho de 2001, iniciou suas atividades acadêmicas no mesmo ano, com base em dispositivo constante de seu Regimento Geral e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), com fundamento legal nas Portarias de autorização do MEC – Ministério da Educação e Cultura.

Com 19 anos de tradição no ensino do Direito, fundada em 2001, pelos professores José Manoel Arruda Alvim e Thereza Alvim, a Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) é reconhecida como um centro de referência no País nesta área. Hoje, a Instituição oferece o curso de graduação em Direito, autorizado pela portaria ministerial nº 1358 de 04/07/01 – DOU 09/07/01 e reconhecida pela portaria ministerial nº366 de 13/07/2006 – DOU de 17/07/2006, ofertando ainda cursos de extensão e pós-graduação em Direito (*lato e stricto sensu*). Isso dentro de uma perspectiva de formação jurídica ampla, da graduação ao doutorado. Vale observar que os cursos de *stricto sensu* são recomendados pela CAPES, com conceito 4, para Mestrado e Doutorado na avaliação quadrienal de 2017.

A Faculdade Autônoma de Direito se destaca em indicadores externo, como o *Ranking* Universitário Folha (RUF), dentre as melhores da capital do Estado de São Paulo. Sendo mantido pelo Centro Educacional Alves Faria

(CENAF), integrante do Grupo José Alves (GJA), que em sua história empresarial atua em diversos segmentos de mercado no Estado de Goiás, dentre eles a concessão da fabricação e distribuição dos produtos Coca-Cola para os Estados de Goiás e Tocantins. Destaca-se na atuação do grupo o setor educacional de qualidade, da educação básica (Colégio Alfa - GO) até o Ensino Superior com a Faculdade Autônoma de Direito (FADISP-SP) e o Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA-GO).

Aspecto relevante é a inserção internacional da FADISP, com convênios firmados com a Universidade de Siena (Itália), Universidade de Salamanca (Espanha) e Universidade de Valladolid (Espanha). Essa dimensão internacional possibilitou a realização de eventos e projetos acadêmicos, oportunizando a mobilidade de Docentes e Discentes da Graduação e da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, e promovendo diálogos entre o direito brasileiro e mundial.

CONVENIOS INTERNACIONAIS



A Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) surge no cenário da Educação Superior, como uma Instituição voltada para a excelência na educação em Direito, visando suprir a crescente necessidade local e regional de pessoal qualificado para atendimento das demandas de mercado, estabelecendo, como premissa principal, a qualidade de ensino, tendo como referência as melhores escolas de Ensino Superior do País.

O *campus* foi estruturado para atender às demandas dos cursos de graduação e pós-graduação e às necessidades das atividades de pesquisa e extensão. O prédio possui salas de aula, auditórios, sala de estudo, laboratório de informática, núcleo de prática jurídica, biblioteca e salas administrativas. A área de convivência para o atendimento a alunos, professores e colaboradores conta lanchonete, fotocopadora e espaços de uso coletivo.

As salas de aula são equipadas com carteiras do tipo universitário, com assento acolchoado, sendo todas climatizadas com ar condicionado. A instituição disponibiliza, mantém e atualiza sua infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos para atender às demandas, ciente da importância de

contribuir para a produção de conhecimentos que ajudem na materialização do desenvolvimento sustentável. Levando-se em consideração os objetivos de desenvolvimento sustentável em suas práticas institucionais (ODS):



(Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>)

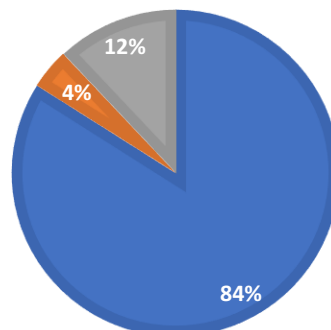
A infraestrutura tecnológica fornece acesso direto e contínuo à Internet a partir de qualquer equipamento de informática existente nos laboratórios, na sala dos professores, na biblioteca e na área administrativa, tendo também, disponível a rede sem fio aos usuários, nas dependências do *campus* universitário. Há acesso remoto pelas plataformas:

- 1) Open LMS(<https://alfa.mrooms.net/>).
- 2) Sistema Acadêmico do Aluno (<http://academico.alfa.br/eportal/index.php>)
- 3) Biblioteca Digital Saraiva (acesso pelo Sistema Acadêmico).
- 4) Blackboard Collaborate (acesso pelo Open LMS).

A Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) possui diferenciais voltados para a qualidade dos cursos. Dentre eles a opção institucional pela contratação exclusiva de mestres e doutores a partir do segundo semestre de 2019. Atualmente a instituição caminha para a composição de um corpo docente exclusivamente de professores doutores, com integração significativa entre a graduação e o *stricto sensu*. A instituição possui 25 professores, dentre os quais 21 doutores, 1 doutorando e 3 mestres; progressivamente se consolidando num quadro integralmente de professores doutores.

GRÁFICO DE PROFESSORES POR TITULAÇÃO ACADÊMICA

■ Doutores ■ Doutorandos ■ Mestres



Outro aspecto institucional relevante é a oferta integral de disciplinas regulares de forma 100% presencial. As experiências com as tecnologias vêm sendo adotadas de modo complementar ao ensino presencial, integradas a ele. Percebe-se, dessa forma, uma maior relação discente-docente, bem como um referenciamento do aluno com a instituição (utilização de espaços e vínculos).

O corpo docente é composto por professores selecionados conforme sua trajetória profissional, acadêmica e titulação adequada às áreas de atuação em cada um dos cursos oferecidos pela instituição. Os funcionários técnico-administrativos apresentam qualificação e capacitação para sua área de atuação e estão preparados para dar suporte necessário aos docentes e discentes.

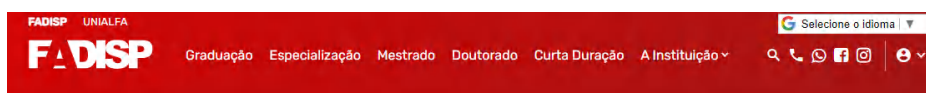
A gestão acadêmica da IES e sua organização são coordenadas por: Diretoria Superintendente, Diretoria Acadêmica, Diretoria de Marketing e Vendas, Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Coordenação do Curso de Graduação e Coordenação da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Além desse corpo há um –grupo de três docentes tutores, encarregados do acompanhamento das turmas e dos professores.

1.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

As Comissões Próprias de Avaliação (CPA's) integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme o documento da Comissão de Avaliação da Educação Superior (CONAES), intitulado Diretrizes para a avaliação das Instituições de Ensino Superior. Esses estabelecem que as CPA's sejam o elo, ou seja, permitem associar seu projeto

específico de avaliação institucional ao conjunto do sistema de educação superior do país. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi criada conforme a Lei Federal nº 10.861/2004 e tem como objetivo realizar a avaliação com base nos referenciais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Por meio de sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), a FADISP desenvolve ações institucionais voltadas para disseminação da cultura da avaliação e sensibilização da comunidade acadêmica sobre a necessidade da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade educacional, bem como a sua contribuição no processo de reflexão e transformação. A Comissão Própria de Avaliação da instituição foi criada em pelo advento da Lei Federal 10.861/2004, com seus relatórios disponibilizados no site da FADISP desde 2009 (<https://fadisp.com.br/instituicao/avaliacao-institucional>).



INSTITUCIONAL

Apresentação

Diretoria

Coordenadores de Curso

Avaliação Institucional

Secretaria Geral

Responsabilidade Social

História

Convênios

Unidades

Trabalhe Conosco

Avaliação Institucional

 Avaliação Institucional 2009

 Avaliação Institucional 2011

 Avaliação Institucional 2012

 Avaliação Institucional 2013

 Avaliação Institucional 2014

 Avaliação Institucional 2015

 Avaliação Institucional 2016

 Relatório de Autoavaliação Institucional 2015-2018

 Avaliação Institucional 2018

A CPA da FADISP possui disponibilizada uma sala que se localiza na unidade Pinheiros, contendo mesa, cadeiras, computador e *internet*, A comunicação com a CPA pode ser feita pessoalmente ou através do *e-mail*: **cpa@fadisp.br**

Além do atendimento direto, a CPA conta com o auxílio de professores tutores, que acompanham as turmas e professores. As questões reportadas são trazidas para a CPA, objetivando o aprimoramento permanente das atividades.

Existe também um sistema de Tutoria no qual as demandas são lançadas e acompanhadas do registro à resolução, por todos os setores envolvidos (<http://authservice.unialfa.com.br/uaa/login>).

A Comissão Própria de Avaliação destaca os objetivos considerados relevantes em sua atuação:

- Promover uma reflexão crítica sobre o desempenho acadêmico com o objetivo de manter e aprimorar a qualidade acadêmica em todos os níveis.
- Conduzir o processo de avaliação, através da sistematização das informações (projeto e operacionalização do sistema de informação de Autoavaliação).
- Permitir examinar a coerência entre o PDI e a prática pedagógica e gerencial, através de um mecanismo participativo de identificação de fragilidades e potencialidades.
- Congregar os diferentes segmentos da comunidade, solicitando colaboração na realização de tarefas, para consolidar o processo de avaliação.
- Divulgar informações que possibilitem e influenciem na mudança ou na permanência do padrão de gestão e projetos institucionais.
- Contribuir para a implantação/manutenção de uma cultura permanente de avaliação.

No tocante à sua composição, a CPA é regida pelo que disciplina a normativa governamental, bem como por seus atos internos. A composição da CPA da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) possui representantes da comunidade acadêmica, sendo Corpo Docente, Corpo Discente, Corpo Técnico-Administrativo e membro da Sociedade Civil. Os membros que compõe a CPA da FADISP estão apresentados na tabela 1 (abaixo).

Tabela 1: Composição CPA

Nome	Representação
Victor Henrique Grampa	Docente – Coordenador
Joaquim Eduardo Pereira	Docente
Ellen Cristina André	Técnico-administrativo

Lindaiane Ferreira dos Santos	Técnico-administrativo
Marivaldo Pereira Prado	Discente
Celso Costacurta Junior	Sociedade civil e egresso

Fonte: Comissão Própria de Avaliação - CPA

A CPA ressalta o recebimento do apoio incondicional da administração central do Centro Universitário Alves Faria, pois, sem este suporte não haveria como garantir a realização de uma autoavaliação institucional participativa e fidedigna. As demandas levadas institucionalmente são costumeiramente atendidas de modo imediato, havendo para demandas complexas planejamento e adequada execução pela Mantenedora.

1.3 Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional apresentada neste relatório refere-se ao ano de 2020 sendo este parcial, a autoavaliação da Instituição é realizada semestralmente, optando-se em registrá-la em relatório anual por entendermos que o conjunto global das informações obtidas traz um comparativo que demonstra as oscilações provocadas por variáveis que nem sempre podem ser controladas ou detectadas e o contexto geral dos dados podem esclarecer alguns pontos neste sentido.

As atividades de autoavaliação institucional da FADISP tiveram início desde seu surgimento, com esforços de avaliação das atividades docentes, infraestrutura e serviços da Instituição. A cultura avaliativa sedimentou-se nos termos da Lei da CONAES/SINAES, com a criação da Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) para dar continuidade ao processo avaliativo. O sistema hoje utilizado de coleta de dados é *online*, implementado em 2013, através do sistema acadêmico, no site institucional, permanecendo até o momento presente. Essa opção levou em consideração experiências em papel que não foram exitosas, bem como não atenderam a critérios de sustentabilidade.

As orientações e instrumentos utilizados para determinar o processo de autoavaliação institucional apoiam-se nas diretrizes curriculares (DCN) e na Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

- SINAES. Também retratam o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que a FADISP oferece para a sociedade, confirmando ainda a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior. Assim, salienta-se a finalidade da autoavaliação institucional como sendo:

- Consolidar o compromisso social, científico e cultural da FADISP.
- Estimular o processo de autoavaliação e autocrítica, como elementos fundamentais para o crescimento pessoal, coletivo e institucional;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- Planejar e redirecionar as ações da Instituição a partir da autoavaliação institucional;
- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação institucional na FADISP.
- Garantia de uma cultura institucional atenta à diversidade, à dignidade e aos direitos da pessoa humana.

Dessa forma, tem-se que a Avaliação Institucional se caracteriza como um processo contínuo, com a função de promover a busca da excelência no contexto vivenciado por seus integrantes onde o saber e o fazer influenciam no agir de seus participantes impulsionando o crescimento da qualidade em todos âmbitos possíveis no contexto ensino-aprendizagem. A CPA, em seu processo de implementação, considerou três etapas fundamentais da avaliação institucional:

- a) a etapa da preparação da avaliação (constituição da CPA, sensibilização, elaboração do projeto de avaliação);
- b) a etapa de desenvolvimento da avaliação (ações desenvolvidas pela IES, levantamento de dados, análise dos dados);
- c) a etapa da consolidação da avaliação (relatório, divulgação e balanço crítico – meta-avaliação).¹

¹Ver: LORDÊLO, Jose Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia (orgs). Avaliação educacional: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009. p.349 p, ISBN 978-85-232-0931-5. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

De modo que, inicialmente foi estruturado o planejamento e a preparação da autoavaliação, visando com esta etapa planejar, estimular e envolver os agentes no processo avaliativo, foram consolidadas as seguintes ações:

- Planejamento da autoavaliação com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma.
- Análise e revisão dos instrumentos de avaliação (questionários) utilizados na avaliação anterior com o intuito de melhorar a coleta de dados.
- Sensibilização da comunidade acadêmica (através dos coordenadores de curso, professores, tutores, representantes de turma e discentes), objetivando buscar o envolvimento com o processo.

No desenvolvimento do projeto buscou-se concretizar as atividades programadas na proposta de autoavaliação, conforme os critérios estabelecidos, sendo que as ações desenvolvidas foram:

- Elaboração dos instrumentos (revisados periodicamente),
- Aplicação dos instrumentos de avaliação através do sistema acadêmico para os discente, docente e técnico-administrativo;
- Estruturação e implementação da metodologia de análise e interpretação de dados através dos métodos estatísticos definidos;
- Finalização por meio da elaboração do relatório de autoavaliação.

A consolidação do processo ocorreu mediante a organização dos resultados encontrados na autoavaliação por intermédio do relatório, sendo seus dados utilizados para a melhoria da qualidade acadêmica, assim, previram-se as seguintes ações:

- Divulgação dos resultados através de reuniões, de documentos informativos impressos ou eletrônicos.
- Discussões dos resultados pela comunidade acadêmica e administrativa;
- Planejamento da aplicação dos resultados visando transformá-los em elementos ativos de transformação.

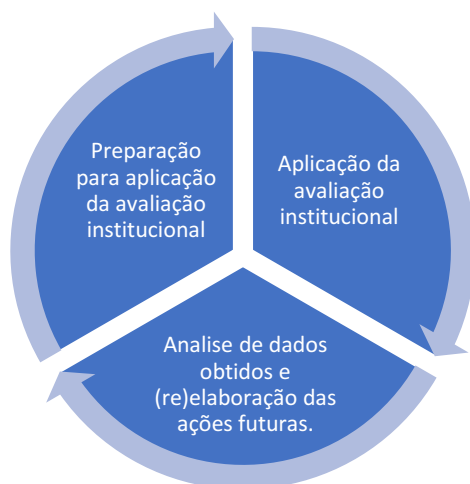
Essas etapas se retroalimentam, de modo a repensar a própria avaliação, buscando sua efetividade, eficiência e eficácia. Objetiva-se dessa forma trazer subsídios para o repensar institucional e a avaliação externa, em diversos níveis propostos desde 2004 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP):

- a) nível declaratório: [...] textos que fundamentam o projeto institucional que, em geral, está enunciado sob a forma de princípios coerentes, embora possa haver contradições entre os objetivos e o projeto;
- b) nível formativo: [...] a coerência entre as normas institucionais e a gestão prática das IES;
- c) nível da organização: [...] se a instituição conta com instâncias que promovam a qualidade compatível com as modalidades de ensino, pesquisa e extensão e sua efetividade acadêmica e social;
- d) nível dos resultados: [...] a eficácia e efetividade acadêmica e social dos processos desenvolvidos: formação de profissionais, produção acadêmica, artística e cultural disseminada no âmbito técnico-científico e social, entre outros.

(Fonte: INEP, 2004)²

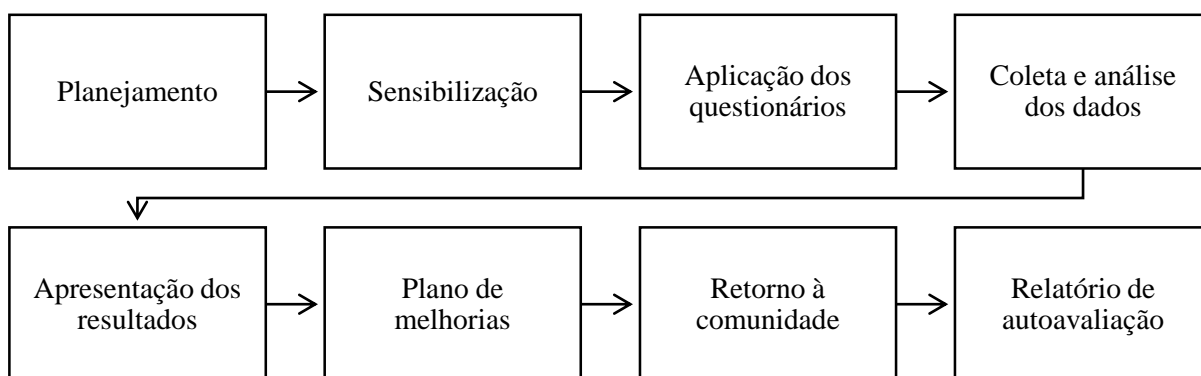
A CPA tem como parâmetro na Avaliação Institucional a análise constante de dados, levando-se em consideração a necessidade de (re) avaliação diante de cada aplicação de avaliação institucional e elaboração de relatórios. Para, além disso, as atividades da CPA não se restringem aos dados formais dos questionários, contando com acompanhamento permanente das atividades institucionais – interagindo com a comunidade acadêmica e buscando soluções junto à direção da mantida e mantenedora para a solução de problemas e implementação de ações de qualidade.

²*Idem.*



(Fonte: Elaborado pela CPA).

Processo de autoavaliação:



(Fonte: Comissão Própria de Avaliação)



2. METODOLOGIA

A metodologia proposta orienta o processo quanto às decisões, às técnicas e os métodos adotados de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta. Os métodos adotados partiram do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

Na realização do processo avaliativo a CPA considerou os diferentes eixos institucionais e suas dimensões com a finalidade de atender às disposições da Lei 10.861/2004, porém ressaltam que estas ficam predispostas as variáveis dos protagonistas envolvidos, e também por ser este constituído de um processo democrático, que vai sendo construído ao longo do seu desenvolvimento, no âmbito de cada eixo e dimensão avaliada conforme preconiza as diretrizes. A seguir a exposição dos cinco eixos e suas dimensões contemplados no processo de autoavaliação:

- *Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional*
 - Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
- *Eixo 2: Desenvolvimento Institucional*
 - Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
 - Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
- *Eixo 3: Políticas Acadêmicas*
 - Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
 - Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
 - Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
- *Eixo 4: Políticas de Gestão*
 - Dimensão 5: Políticas de Pessoal
 - Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
 - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
- *Eixo 5: Infraestrutura Física*
 - Dimensão 7: Infraestrutura Física

A autoavaliação institucional estabeleceu-se por intermédio das ações de planejamento da mesma com a definição de seus objetivos, estratégias, recursos e cronograma, bem como com a análise e reestruturação dos instrumentos de avaliação, a sensibilização da comunidade acadêmica para engajamento com o processo, o desenvolvimento das atividades programadas e a divulgação dos resultados.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos orientam o processo quanto às decisões, às técnicas e os métodos adotados de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta. A autoavaliação contemplando os eixos/dimensões ocorre semestralmente, utilizando a aplicação de questionário disponibilizado *online*, aos discentes, docentes e junto aos técnicos administrativos, bem como, a pesquisa documental e o registro da percepção dos gestores.

A Avaliação Institucional proposta adotou uma metodologia participativa, com instrumentos quantitativos e qualitativos, com questionários de questões fechadas, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, em consonância com as orientações das diretrizes da CONAES. Os métodos adotados partiram do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados. Os instrumentos e métodos combinados foram utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação.

Os formulários utilizados na autoavaliação institucional são *online*, ocorrendo por meio do sistema acadêmico para todos os participantes do processo, sendo eles: discentes, docentes e colaboradores técnico-administrativos. O formulário *online* é disponibilizado à comunidade acadêmica a partir de um *link* na página inicial, que permite acesso ao Sistema de Autoavaliação Institucional. Os questionários utilizados como instrumentos de coleta de dados apresentam escala *Likert* de cinco pontos, com valores no peso

de cada item de avaliação, no caso dos discentes e docentes tem-se: (1) Nunca, (2) Raramente, (3) Às vezes, (4) Frequentemente, (5) Sempre; e para os colaboradores técnico-administrativos usa-se: (1) Insuficiente, (2) Regular, (3) Suficiente, (4) Bom, (5) Excelente. Os itens dos instrumentos são respondidos a partir da escala de cinco pontos, em que se o respondente marcar o número 1 significa que esse aspecto precisa melhorar, ao passo que, quanto mais próximo do número 5 o respondente assinalar, significa que está totalmente satisfeito com o atributo avaliado, indicando que, nesse aspecto, o item avaliado atende às necessidades e/ou expectativas do respondente. Algumas questões apresentam respostas em padrões diferenciados, como “sim” ou “não”, em razão de sua natureza.

Quadro 3: Escala *Likert* utilizada

Conceito	Notas
Excelente	5
Bom	4
Suficiente	3
Regular	2
Insuficiente	1
Não se aplica	-

Fonte: Autoavaliação Institucional

No término da coleta das informações, os dados são submetidos aos procedimentos analítico-estatísticos para a verificação da validade e precisão dos mesmos e, a partir de análises, são relacionados conforme os eixos/dimensões dispostos no art. 3º da Lei Nº 10.861 que institui o SINAES e Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65. Foram realizadas à análise e identificação das potencialidades e fragilidades, a partir da caracterização da realidade, dentro dos eixos/dimensões avaliadas, foram ressaltadas as conquistas consolidadas, articulando os protagonistas que participaram da efetivação das soluções identificadas.

2.2 Sensibilização

A posição adotada nesta avaliação foi formativa/participativa tendo o objetivo de envolver a comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional, para tal adotou-se o princípio da adesão voluntária. As atividades foram desenvolvidas de acordo com o planejado, examinando detalhadamente os processos implementados ou as metodologias empregadas, com a finalidade de identificar sucessos e fracassos, potencialidades e fragilidades, pontos fortes e pontos fracos e ainda apresentar sugestões para que o objeto avaliado seja mais eficiente.

Diante do contexto da pandemia no ano de 2020, foi necessário repensar as estratégias e divulgação para a comunidade acadêmica, a partir de *Whatsapp* e divulgação no Sistema Acadêmico. Desenvolveu-se significativo esforço na avaliação, buscando-se sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância de um processo efetivamente participativo, que envolvesse a Instituição como um todo. Como estratégia de sensibilização foram desenvolvidas ações com o objetivo de envolver a comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional, sendo elas:

- Orientação pela coordenação de curso, com o intuito de sensibilizar discentes e docentes quanto à importância da participação no processo de autoavaliação.
- Disponibilização online do questionário no Sistema Acadêmico (necessário para acompanhamento das aulas do regime remoto emergencial).
- Contato direto via *Whatsapp* com representantes de sala para que atuassem como multiplicadores na sensibilização e divulgação de informações.

No cenário de pandemia, em razão do ensino remoto, está sendo necessário um repensar das estratégias comunicacionais habitualmente utilizadas de modo complementar, dentre as quais.

- Elaboração de material de divulgação como cartazes e *flyers* para apresentar a autoavaliação institucional, distribuídos fisicamente na FADISP.
- Exposição de *banners* na entrada principal e nos corredores de cada bloco que levam as salas de aula.

As respostas dos alunos das questões relacionadas ao plano emergencial do ensino remoto, em especial a comunicação da instituição nesse período, demonstraram que esses esforços vêm sendo efetivos – conforme será apresentado adiante.

2.3 – Divulgação dos Resultados

A análise situacional, que compreende o diagnóstico da realidade, possibilitou à Comissão Própria de Avaliação (CPA) a elaboração deste relatório. A partir da caracterização da realidade, dentro das dimensões avaliadas, procedeu-se à análise e identificação das fragilidades e potencialidades, ressaltadas as conquistas consolidadas, articulando os envolvidos que participaram da implementação das soluções identificadas. O documento final é encaminhado aos gestores responsáveis pela administração institucional: Diretor Superintendente, ao Presidente da Mantenedora e posteriormente aos gestores, tendo sido enviado ao INEP/MEC, via e-MEC, dentro do prazo previsto.

Os resultados são divulgados à comunidade acadêmica por meio eletrônico, no site institucional <https://fadisp.com.br/instituicao/avaliacao-institucional>, a IES divulgará através das reuniões técnicas, dentre outros. Na divulgação da avaliação há espaço aberto para sugestões e pontuações espontâneas sobre todos os instrumentos utilizados.

A administração institucional pretende utilizar-se deste diagnóstico, como subsídio para empreender ações necessárias para melhoria da qualidade educacional e o desenvolvimento global da Instituição. Os gestores de posse do relatório anual observam os pontos de fragilidades e os pontos potencialidade de suas respectivas áreas de atuação para a tomada de decisão das ações educativas pertinentes a cada caso avaliado.

Figura 2: Acesso à página da Avaliação Institucional pela *Home Page* da FADISP



Fonte: Site do FADISP.



3. DESENVOLVIMENTO

Na finalização da autoavaliação institucional se concretiza a apresentação da estrutura organizacional, simultaneamente aos seus processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, configurando a ação institucional como um todo. A análise situacional possibilitou à Comissão Própria Autoavaliação (CPA) a elaboração deste relatório, que a partir da caracterização encontrada dentro das dimensões avaliadas, procedeu-se a verificação e identificação dos pontos de melhoria consolidando-os para a implementação das soluções. A seguir será explanada a análise dos cinco eixos, contemplando as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Federal nº 10.861/2004, conforme as orientações do SINAES, denotando em cada uma as fragilidades e potencialidades para a tomada de decisão das ações educativas, no âmbito de cada dimensão avaliada.

No que refere-se aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional vinculados ao planejamento da instituição e de seus cursos, e à análise em relação ao que está proposto nos documentos Institucionais especialmente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), objetivando um acompanhamento e monitoramento em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito (PPC), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), são convergentes, no sentido da busca de uma efetiva implementação do projeto educacional de qualidade. Os instrumentos avaliativos foram são direcionados para a análise destes planejamentos institucionais a sua realização semestral. Verifica-se a existência do planejamento para a realização das atividades e suas equações com os projetos pedagógicos dos cursos.

No processo de avaliação institucional estão envolvidos os docentes, discentes, coordenadores de curso, gestores, e técnico-administrativo, sendo o PDI, verificado em oportunidades diversas com os envolvidos no processo. Destacamos que o processo de modificação, a partir dos resultados obtidos pela avaliação, é discutido, antes da efetivação do processo e, que são propostos

para uma melhor integração com a avaliação outros momentos de releitura e discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A participação de cada segmento institucional determinou que todo o processo fosse, de fato, democrático e participativo. Temos desde o início do processo de implantação do sistema de autoavaliação garantia de que todas as condições para que a CPA tivesse autonomia e pudesse eficientemente desenvolver o processo avaliatório.

Os resultados das avaliações trazem mudanças na instituição e medidas são tomadas no sentido de que as melhorias se revertam em benefício da comunidade acadêmica. No tocante à participação do corpo discente, a tabela abaixo traz elementos relevantes:

Participação na Autoavaliação Institucional - Aluno (FADISP)

Curso	2020-1	2020-2
A - Total de alunos* (Direito)	212 alunos	198 alunos
B - Participantes da Autoavaliação	32 alunos	36 alunos
Porcentagem (B/A)	15,09%	18,18%

Fonte: Autoavaliação Institucional 2020.

* Dados de secretaria acadêmica.

Em sentido contrário do esperado, em razão do ensino remoto e advento da pandemia, a participação subiu no 2º semestre. Constatando-se um aumento de 12,5% na participação dos alunos do 1º semestre para o 2º semestre de 2020, na Avaliação Institucional da FADISP.

A cada Avaliação Institucional tem-se a expectativa do aumento do quantitativo de participação. Não obstante isso venha acontecendo é necessário fortalecer sempre a cultura avaliativa, sedimentá-la eficazmente no contexto acadêmico. Evitando as oscilações na participação discente, com a constante revisão dos meios utilizados para a sensibilização.

Vale observar que a missão institucional se converte a partir de ações sociais, com a concessão de bolsas aos estudantes, importantes no cenário econômico atual. Objetiva-se assim a garantia de acesso à educação por diversos grupos sociais. Importante observar que a FADISP possui diversas

categorias de bolsas – algumas atribuídas por critérios acadêmicos, por liberalidade da instituição.

Bolsas no 1º Semestre de 2020.

TIPO DE BOLSA	Total
DESPEZA FADISP	153
FIES	12
FINANCIAMENTO PELA PELA PRÓPRIA FADISP	1
PROUNI	41
Total Geral	207

Bolsas no 2º Semestre de 2020.

TIPO DE BOLSA	Total
DESPEZA FADISP	115
FIES	11
FINANCIAMENTO PELA PELA PRÓPRIA FADISP	1
PROUNI	35
Total Geral	162

(Fonte: Setor Financeiro da Mantenedora)

Dentre as categorias de bolsas a de “DESPEZA FADISP” compreende bolsas institucionais (deliberação). Elenca-se abaixo alguns dos programas que compõe essa categoria. Vale observar que o projeto “Mentor” atribui bolsas integrais a discentes, dentro de padrões de qualidade – como participação em projetos e notas elevadas.

TIPO DE BOLSA	Nome da Bolsa/Desconto
DESPEZA FADISP	Bolsa Integral-Direito Graduação FADISP – Mentor 2019-2
DESPEZA FADISP	Bolsa Integral-Direito Graduação FADISP – Mentor 2020-1
DESPEZA FADISP	BOLSA MÉRITO
DESPEZA FADISP	BOLSA MÉRITO SP 100%
DESPEZA FADISP	BOLSA TRANSF. EXT. E PORT. DE DIP. 2020/1 - DEZEMBRO -1ºANO
DESPEZA FADISP	BOLSA TRANSF. EXT. E PORT. DE DIP. 2020/1 - NOVEMBRO -1ºANO
DESPEZA FADISP	BOLSA TRANSF. EXT. E PORT. DE DIPLOMA FADISP
DESPEZA FADISP	Bolsa Vizinhança
DESPEZA FADISP	CONVÊNIO PAGUE MENOS
DESPEZA FADISP	EDUCAFRO 100%
DESPEZA FADISP	ENEM >= 300 A 599 PONTOS (10% SOBRE O RESIDUAL)
DESPEZA FADISP	FIES ACORDO COM FNDE CONTRATOS A PARTIR DE 2015/2 5%

(Fonte: Setor Financeiro da Mantenedora)

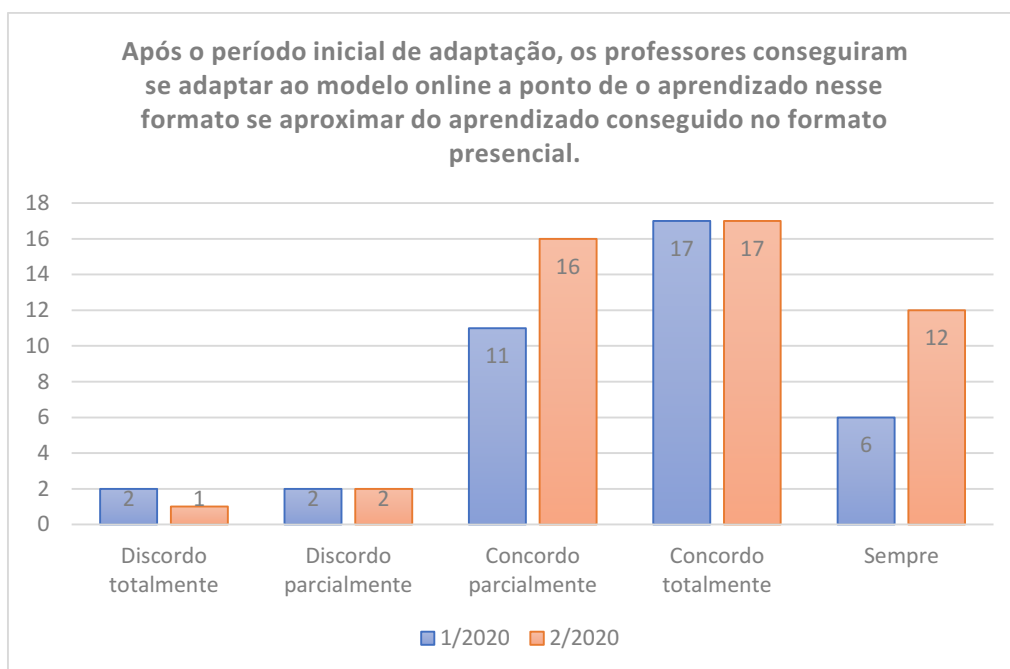
Em atenção às “Políticas Acadêmicas” os indicadores do ano de 2020 se apresentam positivamente. Com atenção às “Política para o Ensino, da Pesquisa, Pós-Graduação, da Extensão” e das respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica. Destaca-se nessa dimensão, o apoio da IES aos seminários técnico-

científicos desenvolvidos nos cursos de graduação, tendo indícios que mostram o desenvolvimento da capacidade de soluções para problemas da sociedade, aumentando a capacidade reflexiva e crítica diante dos vários desafios encontrados no âmbito profissional.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), trazendo um contexto novo para a área da Educação, no qual as escolas tiveram suas atividades presenciais suspensas. O processo educacional teve mudanças bruscas e os docentes se viram, de um momento para outro, tendo que atuar diante de uma situação inesperada. Diversas alternativas passaram a ser adotadas com o objetivo de reduzir o prejuízo educacional e a preservação do direito à Educação.

As instituições do Ensino Superior aproveitaram suas plataformas digitais para a continuidade do processo educacional, buscando meios de renovar o ensino, além disso, eram poucos os professores que detinham a formação adequada para lecionar a distância. O novo cenário trouxe novos desafios às instituições e aos docentes, pois uma aula remota é diferente da prática presencial de sala de aula, a dinâmica de interação com os alunos é outra, sendo necessário o conhecimento das tecnologias educacionais.

A ampliação da utilização de tecnologias da comunicação e informação (TIC), aliada ao treinamento e capacitação dos docentes para metodologias ativas aplicáveis nesse contexto, foi essencial para a continuidade das atividades. Nesse contexto a avaliação ao discente pôde constatar êxito nas medidas tomadas para manutenção da qualidade nas atividades online, com uma ampliação dos canais de comunicação e atividades remotas. A reestruturação necessitou de adaptações que passaram pela dinâmica de aulas, atendimento de acadêmico e financeiro e demais eventos.



(Fonte: Comissão Própria de Avaliação – CPA)

A maior parte dos discentes avaliou positivamente o modelo *online*, numa perspectiva de aproximação do presencial. Por suposto, não há equivalência entre a sala de aula presencial e suas potencialidade e a sala de aula virtual – ainda que síncrona; todavia, dentro das limitações impostas pela pandemia, a comunidade acadêmica se manifestou positivamente sobre os resultados dos esforços institucionais. Vale observar que a Instituição ofertou curso de Metodologias Ativas para os professores interessados na modalidade EAD (com aulas remotas síncronas, tutoria e certificação final), buscando aprimorar a qualidade das aulas e o processo adaptativo.



(Fonte: Extraído do Open LMS do Prof. Victor Henrique Grampa).

Nesse contexto de pandemia, em atenção às medidas sanitárias vigentes, adotou-se a partir de 19/03/2020, ouvido o Núcleo Docente Estruturante – NDE, o regime remoto (ainda vigente em 2021). A comunidade acadêmica foi comunicada e acompanhada pelos professores tutores e coordenação no período de transição. Houve a criação de novos canais de comunicação, dentre os quais grupos de *WhatsApp* e o Mural de Recados Online; também foram necessários ajustes nas plataformas digitais, com a incorporação do *Open LMS* e do *BlackBoard Collaborate* (para aulas online síncronas).



São Paulo, 18 de março de 2020.

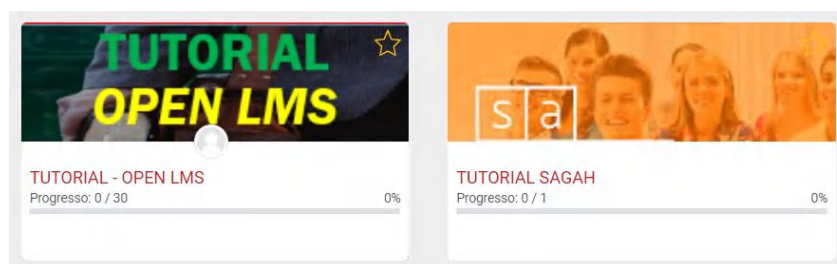
COMUNICADO À COMUNIDADE ACADÊMICA
INSTRUÇÕES SOBRE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

A partir da demanda do NDE – Núcleo Docente Estruturante e das manifestações dos representantes das turmas do semestre 2020.1, a Direção da FADISP decidiu retomar as atividades acadêmicas de forma remota a partir do dia 19 de março, para evitar o acúmulo de conteúdo no final deste semestre.

1. As atividades dos cursos de graduação, pós-graduação stricto sensu serão mantidas por meio de recursos tecnológicos que permitirão sua adaptação para que sejam ministradas remotamente.
2. Para os alunos da graduação, a partir do dia 19 de março de 2020 todos os professores irão realizar as atividades de forma remota (Moodle, Chat, Vídeo Chamadas, Live nas redes sociais) para a revisão do conteúdo das aulas.
3. Todos os professores farão contato virtual com os alunos nos horários das suas aulas pré-agendadas em que a Instituição comunicará os respectivos representantes o cronograma e meio pelo qual terão contato.
4. De 19 a 25 de março será o período de revisão de conteúdo para as provas.
5. Os conteúdos trabalhados em sala de aula até a última sexta-feira, 13 de março 2020, serão cobrados nas avaliações N1, com exceção dos conteúdos que não foram concluídos.
6. Novo período de avaliações N1: de 26 de março a 01 de abril 2020 (a avaliação será realizada a distância. Não é necessário a locomoção até a FADISP). Enviaremos mais detalhes em breve.

(Fonte: Site / Instagram da FADISP)

A plataforma *BlackBoard Collaborate* permite a interação ao vivo (docente e alunos), para aulas online. Os docentes foram capacitados de forma remota/online para usar as plataformas, ou seja, no *Moodle*, *Open LMS* e *BlackBoard Collaborate*. Além disso, foram criados Tutoriais de uso, tanto do *Moodle* quanto do *Open LMS*, atualmente os Tutoriais ficam disponíveis aos docentes, que fazem uso quando são contratados e no dia-a-dia, conforme necessidade. Foi disponibilizado aos docentes um grupo de *WhatsApp* para apoio de questões relativas à tecnologia da informação.



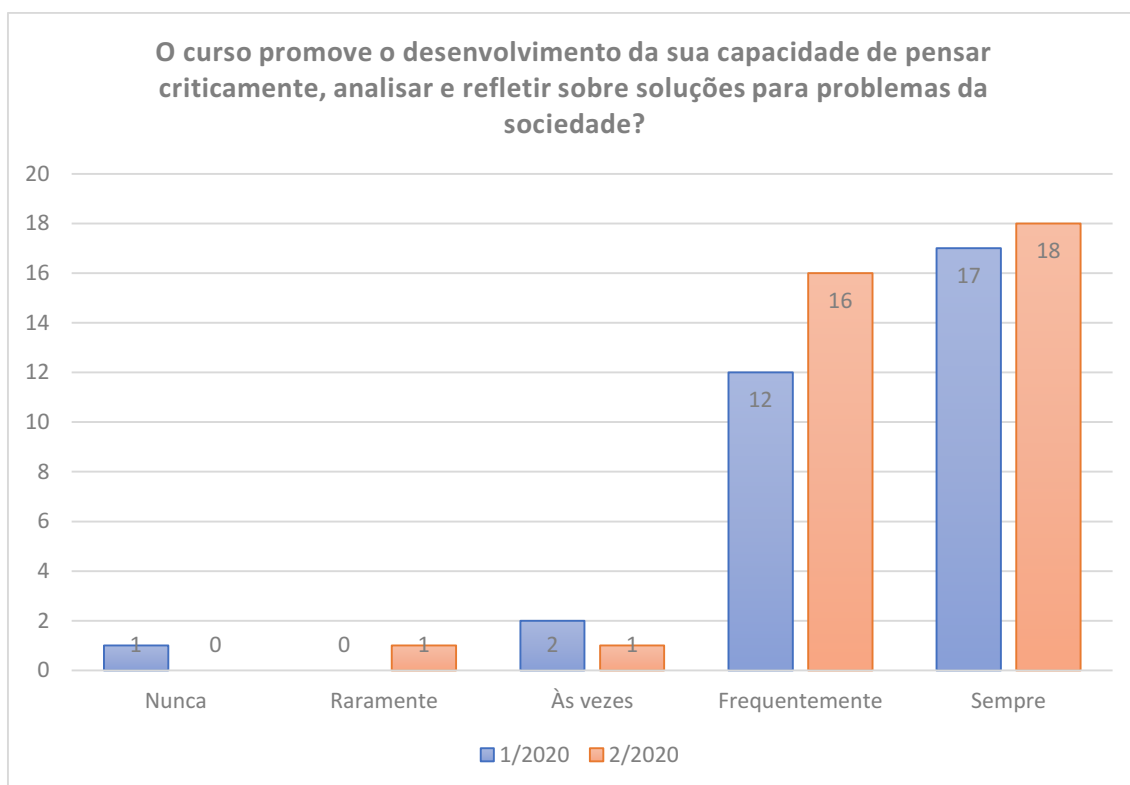
(Fonte: Extraído do Open LMS do Prof. Victor Henrique Grampa).

Os discentes receberam informações a respeito das ferramentas *Open LMS* e *Collaborate* através de material encaminhado pela coordenação de curso. Vale observar que eles usualmente já utilizavam o sistema acadêmico e o *Moodle*. Foram disponibilizados tutoriais e vídeos de apoio, com instruções de uso. Houve contato direto para o esclarecimento de dúvidas, com atenção especial dos tutores para as questões de acesso e conectividade. Os representantes de turma tiveram papel importante como multiplicadores de informações e canais de diálogo.

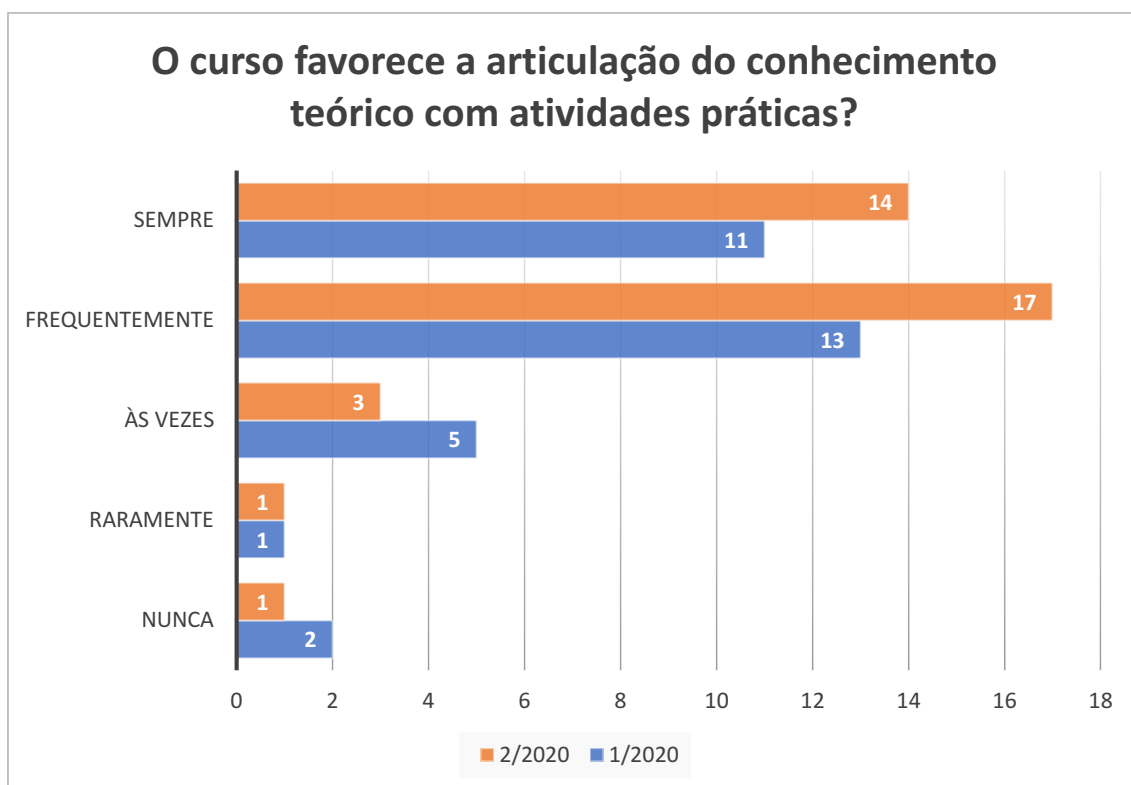
Durante o primeiro semestre de 2020 as aulas passaram a ser 100% *online* a partir de 19/03/2020, e, no caso das atividades práticas, foram utilizadas metodologias e ferramentas que permitissem aos alunos executarem experimentações em regime remoto. No segundo semestre de 2020 as aulas continuaram *online*, com as devidas medidas para a conclusão de curso para os alunos concluintes (com bancas de Trabalho de Conclusão de Curso *online*).

A partir do 2º semestre de 2020, no caminho da retomada das atividades presenciais, a FADISP passou por ajustes em suas instalações físicas, objetivando a retomada em segurança (distanciamento social, oferta de álcool em gel, limpeza redobrada dos espaços de uso comum), dentro dos protocolos sanitários adequados. No entanto, considerando o desenvolvimento da pandemia e os indicadores locais da COVID-19, a volta às atividades presenciais não foi possível, ainda na data de elaboração deste relatório – com a piora significativa da pandemia.

A FADISP, diante dos desafios que se apresentam, se empenha no oferecimento de cursos e palestras com qualidade, envolvendo alunos e professores, destacando o uso de recursos didáticos que envolvem visitas orientadas (*online*), elaboração e utilização de estudos de casos, realização de estudos temáticos de caráter interdisciplinar, metodologias ativas etc. A pesquisa acadêmica é utilizada como estratégia do ensino-aprendizagem, estimulando o discente no desenvolvimento do raciocínio crítico e abstrato por intermédio da realização de trabalhos acadêmicos. Os resultados referente ao incremento do desenvolvimento da capacidade crítica sobre soluções para problemas da sociedade na percepção dos discentes está apresentado no gráfico exposto a seguir:




Os discentes compreendem que as atividades acadêmicas estimulam o pensamento crítico, considerando também majoritariamente que favorece a articulação entre teoria e prática. As atividades acadêmicas são projetadas, dentro e fora de sala, para propiciar uma integração do saber do discente – na perspectiva constitucional de formação integral do sujeito (cidadania e trabalho). Fica clara a percepção dos discentes de que esse parâmetro vem sendo trabalhado de maneira eficiente.



(Fonte: Comissão Própria de Avaliação – CPA)

Ao longo do ano de 2020 houve uma série de eventos acadêmicos (nacionais e internacionais), mais de 83, mobilizando cerca de 10.000 inscrições. Muitos eventos buscaram a integração entre a graduação e a pós-graduação, com o aprofundamento de questões jurídicas, econômicas e sociais. Dentre os eventos realizados no ano mereceram destaque os abaixo elencados:

<p>PALESTRA: “LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE”</p>	<p>JULIO VELLOZO</p>	<p>31/01/2020</p>	<p>-</p>
	<p>O evento foi organizado pelo Prof. Dr. Julio Cesar de Oliveira Vellozo, discutindo a temática da revolução francesa sob a ótica do Direito, tema de alta relevância histórica e social. Os impactos da Revolução Francesa sobre o Direito foram determinantes, marcando um processo de racionalização e antropocentrização. A estruturação do Estado moderno se dá em bases iluministas, assim como a lógica jurídica. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, por exemplo, foi impactada pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. (Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</p>		

CURSO DE DIREITOS REAIS	LAURO ISHIKAWA	19/02 a 29/04/2020	61
 <p>O curso de curta-duração foi organizado pelo Prof. Dr. Lauro Ishikawa, objetivando tratar da temática dos Direitos Reais. Não obstante seja um conteúdo regular do curso de Direito Civil, o enfoque principal foi o aprofundamento de elementos teóricos e práticos para a complementação da formação acadêmica dos discentes e membros externos. A temática dos Direitos Reais se coloca em sociedade de modo relevante, considerando-se a necessidade de regulação da propriedade e demais formas de exercício de direitos sobre as coisas. Há de se salientar alterações normativas que trouxeram mudanças importantes na área (ex. usucapião administrativa e direito real de laje). (Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</p>			

TEMAS ESPECIAIS EM DIREITO PENAL	ALEXIS COUTO DE BRITO	17/03/2020	25
<p>TEMAS ESPECIAIS EM DIREITO PENAL</p> <p>© FADISP - São Paulo, SP © 17 de março de 2020, 19h - 09 de junho de 2020, 22h</p> <p>DESCRIÇÃO DO EVENTO</p> <p>Data do curso 17/03 – 14/04 – 12/05 e 09/06</p> <p>Horário de início e término 19h00 às 22h00</p> <p>Valor do curso: GRATUITO</p> <p>O evento organizado pelo Prof. Dr. Alexis Augusto Couto de Brito, abordando temas especiais de Direito Penal, objetivando o aprofundamento dos estudos pelos alunos e demais participantes. Em especial: Escolas Penais e os códigos penais do Brasil, Funcionalismo e imputação objetiva; Exame criminológico; Acordo de não persecução e <i>plea bargaining</i>. (Fonte da imagem: Plataforma Sympla)</p>			

LEI DE DROGAS EM QUESTÃO: PRINCIPAIS POLÊMICAS	CAROLINA NOURA	14 e 21/03/2020	11
--	----------------	-----------------	----



O evento foi organizado pela Profa. Dra. Carolina Noura de Moraes Rêgo, tendo por objetivo aprofundar o estudo da Lei de Drogas de forma crítica, para fins acadêmicos e profissionais. Dentre os assuntos abordados estão: 1 - Crime de “porte para uso próprio”: a) natureza jurídica; b) constitucionalidade; c) uso medicinal. 2 - Crime de tráfico de drogas: a) importação de sementes de maconha; b) minorante do artigo 33, §4º: requisitos para incidência, dosimetria e a hediondez do delito; c) apologia ao uso de drogas e a “marcha da maconha; 3 - Aplicação da lei penal no tempo e combinação de leis (11343/06 e 6368/76); 4 - Tipificação do crime de associação para o tráfico.

(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL / AFETIVIDADE E RECONHECIMENTO / MOTIVAÇÃO E RESILIÊNCIA / ESTRUTURAÇÃO DO TEMPO / O MUNDO DO TRABALHO / COMO LIDAR COM SITUAÇÕES DE CRISE	LUIZ FRANCISCO JÚNIOR – (PSICÓLOGO)	30/03/2020 / 31/03/2020 / 01/04/2020 / 02/04/2020 / 03/04/2020 / 06/04/2020	GRAVADO
---	-------------------------------------	---	---------





Este ciclo de eventos organizou-se como uma “websérie” ministrada pelo Prof. Luiz Francisco Júnior (psicólogo). O objetivo foi o de abordar assuntos necessários sob o prisma profissional e da saúde mental. Há uma série de competências que necessitam de uma abordagem atitudinal, pensando-se na formação do profissional e cidadão. Questões como inteligência emocional e motivação, por exemplo, são exigências para o futuro.

(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)

DECISÃO JUDICIAL	RENNAN THAMAY	07, 14, 28/04 e 05/05/2020	193
<div data-bbox="105 450 662 996" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="683 450 1490 913" data-label="Text"> <p>O evento foi organizado pelo Prof. Dr. Rennan Faria Krüger Thamay, objetivando a análise de julgamentos emblemáticos dos Tribunais Superiores, sob a perspectiva da tomada de decisão pelos magistrados. A temática versa sobre temas sociais e de Direito Processual Civil. A perspectiva de aproximação da teoria e prática está presente no curso, posto que as análises de decisões judiciais tiveram como principal elemento a aplicação do Direito em casos concretos verificando-se o posicionamento dos tribunais. O Processo Civil, por vezes, se apresenta na graduação de modo complexo e abstrato, necessária a aproximação da prática para a adequada compreensão da práxis jurídica.</p> </div> <div data-bbox="683 936 1319 974" data-label="Text"> <p><i>(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</i></p> </div>			

COVID-19: ENFRENTAMENTO NO ESTADO DO AMAZONAS	LAURO ISHIKAWA	08/04/2020	617
<div data-bbox="105 1288 662 1832" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="683 1288 1490 1751" data-label="Text"> <p>A palestra, organizada pelo Prof. Lauro Ishikawa, contou com a presença do Prof. Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (defensor público e atual vice-governador do Amazonas). O evento compôs uma série de palestras voltadas à discussão da pandemia de COVID-19. Debateu-se sobre as estratégias de enfrentamento da pandemia no Estado do Amazonas, a partir de suas características regionais e desafios. O Estado possui vasta vegetação e população tradicional ameríndia, havendo idiossincrasias importantes. Alguns aspectos importantes para os discentes foram: a formulação e execução de políticas públicas e a realidade brasileira (numa perspectiva descentralizada das grandes cidades).</p> </div> <div data-bbox="683 1774 1315 1812" data-label="Text"> <p><i>(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</i></p> </div>			

ESCOLAS PENAIS E OS CÓDIGOS PENAIS DO BRASIL	ALEXIS COUTO DE BRITO	17/03/2020	NC
	<p>A palestra, organizada pelo Prof. Dr. Alexis Couto de Brito, objetivou o aprofundamento do conhecimento sobre as Escolas Penais e seus impactos nos códigos penais brasileiros. A temática, pouco aprofundada na graduação, é de central importância para uma compreensão social do Direito Penal. A visão superada de que a Lei se encerra em seu texto não é adequada aos novos juristas, sendo necessária a discussão das bases jurídicas, filosóficas e sociais por detrás da letra da Lei. A palestra ocorreu de forma gratuita e aberta ao público em geral, proporcionando interação com a comunidade interna e externa.</p> <p><i>(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</i></p>		

DIREITOS FUNDAMENTAIS E COVID-19 LIBERDADE E PROPRIEDADE NO CAPITALISMO	HENRIQUE GARBELLINI	13/04/2020	43
	<p>A palestra pertence a uma série de eventos sobre a COVID-19 e seus impactos jurídicos e sociais. Organizada pelo Prof. Henrique Garbellini, o evento objetivou a discussão dos limites dos direitos fundamentais em face da pandemia – com enfoque no capitalismo e sua estruturação jurídica. No contexto da pandemia é necessário um repensar jurídico sobre a aplicação do Direito, dentro de um contexto de grave crise sanitária (e seus impactos globais). Os Direitos Fundamentais são pautados pela integralidade e máxima efetividades, razão pela qual há um sopesamento necessário entre vida, saúde, liberdade e propriedade – típico desse contexto específico.</p> <p><i>(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</i></p>		

A CRISE EMPRESARIAL FRENTE À PANDEMIA	FERNANDO CARBAJO CASCÓN E LAURO ISHIKAWA	16/04/2020	54
---------------------------------------	--	------------	----



Com a presença do Prof. Fernando Carbajo Cascón (da Universidade de Salamanca – Espanha) e organização do Prof. Lauro Ishikawa, o evento debateu sob a ótica comparada o enfrentamento à crise empresarial no contexto da pandemia de COVID-19. O esforço no sentido da internacionalização busca a troca de experiências e o fortalecimento de uma percepção global pelos discentes da FADISP. O Direito enquanto manifestação cultural é melhor compreendido quando dialogado por diversos interlocutores de matrizes e culturas distintas. O enfrentamento da crise empresarial pensado na Europa (Espanha) é diferente do enfrentamento na América Latina (Brasil), sendo proveitoso o explorar das similitudes e distanciamentos.


(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)


COVID-19 E O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO	THIAGO MATSUSHITA	17/04/2020	
--	-------------------	------------	--





A palestra pertence a uma série de eventos sobre a COVID-19 e seus impactos jurídicos e sociais. Organizado pelo Prof. Dr. Thiago Matsushita, o evento contou com a exposição da Profa. Cíntia Menezes Brunetta (Juíza Federal), objetivando a discussão sobre o papel do Poder Judiciário no contexto da pandemia de COVID-19. Essa discussão busca a troca de experiências e saberes sobre o papel do Judiciário como garantidor de Direitos e intérprete da realidade social, com a adequada aplicação da norma ao contexto da sociedade.

(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)

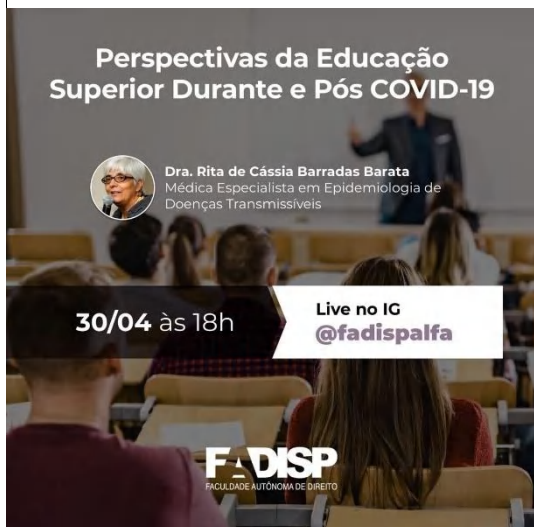
OS EFEITOS DO COVID-19 EM CONTRATOS COMERCIAIS	VANESSA JIMÉNEZ SERRANÍA	20/04/2020	79
<div style="display: flex;"> <div style="flex: 1;">  </div> <div style="flex: 2; padding-left: 10px;"> <p>A palestra pertence a uma série de eventos sobre a COVID-19 e seus impactos jurídicos e sociais. O evento contou com a palestra da Profa. Dra. Vanessa Jiménez Serranía (da Universidade da Catalunha). O evento possuiu dimensão internacional, com plataforma virtual e tecnologias de informação e comunicação (TIC). Na oportunidade a palestrante trouxe reflexões sobre os contratos comerciais e os efeitos da COVID-19, marcante é a característica da não revisão judicial dos contratos comerciais (maximização do pacta sunt servanda). Todavia, questões surgem num momento de incertezas e impactos globais decorrentes da pandemia, necessárias as reflexões jurídicas sobre os contratos nesse período.</p> <p><i>(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</i></p> </div> </div>			

PRISÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	ORLY KIBRIT E HUMBERTO FABRETTI	20/04/2020	53
<div style="display: flex;"> <div style="flex: 1;">  </div> <div style="flex: 2; padding-left: 10px;"> <p>O evento contou com a presença da Profa. Dra. Orly Kibrit e do Prof. Dr. Humberto Fabretti, na temática de prisão nos tempos de pandemia. Objetivou-se a reflexão do instituto jurídico da prisão dentro da nova realidade social imposta pela pandemia de COVID-19. A palestra pertence a uma série de eventos sobre a COVID-19 e seus impactos jurídicos e sociais. Decisões do Supremo Tribunal Federal reconheceram o sistema penitenciário brasileiro como um “estado inconstitucional de coisas”, necessitando de uma profunda reforma. Ocorre que com o advento da pandemia as condições se reforçaram como inadequadas, sobretudo pela aglomeração e superpopulação. Essas questões levam à necessidade de reflexões profundas jurídicas sobre as hipóteses de prisão e medidas alternativas à prisão no período. Os palestrantes comentaram decisões judiciais que levaram o contexto da pandemia e seus desdobramentos em consideração.</p> <p><i>(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</i></p> </div> </div>			

DIREITOS HUMANOS E SAÚDE COLETIVA EM TEMPOS DE COVID-19	JAVIER GARCIA MEDINA E LAURO ISHIKAWA	23/04/2020	58
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;">  </div> <div style="width: 65%;"> <p>O evento, organizado pelo Prof. Dr. Lauro Ishikawa, com exposição do Dr. Javier Garcia Medina, versou sobre os Direitos Humanos e Saúde Coletiva, dentro do contexto da pandemia de COVID-19. A questão se coloca de modo interdisciplinar, entre o Direito e as áreas de Saúde. O diálogo é fundamental para a estruturação de políticas públicas na área de saúde no contexto da pandemia. O palestrante é da Universidade de Valladolid (Espanha), promovendo a troca de experiência internacionais. A questão da Saúde Coletiva, com seu repertório de conhecimentos científicos, atualmente se coloca como ferramental necessário para a manutenção dos Direitos Humanos e paz social.</p> <p><i>(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</i></p> </div> </div>			

DIREITO DO TRABALHO E O COVID-19	MARCOS SCALERCIO	27/04/2020	90
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;">  </div> <div style="width: 65%;"> <p>O Direito do Trabalho passa atualmente por transformações profundas, no Brasil e no mundo. Questões como a Reforma Trabalhista (dentre os itens a terceirização), vem impactando a forma como se pensa a área juslaboral. Nesse contexto de reformas, surge a pandemia de COVID-19, levando à necessidade da maximização da carga protetiva ao trabalhador e a regulação do trabalho remoto – que era exceção à regra presencial. Muitas relações se modificaram no mundo do trabalho, que serão sentidas pelos Tribunais em alguns anos. Questões como a ergonomia, segurança do trabalho e a responsabilidade do empregador serão objeto de (re) análise pelo Direito nos próximos anos. A palestra foi ministrada pelo Prof. Marcos Scalercio (Juiz do Trabalho).</p> <p><i>(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)</i></p> </div> </div>			

PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DURANTE E PÓS COVID-19	RITA DE CÁSSIA BARRADAS BARATA	30/04/2020	84
---	--------------------------------	------------	----



A Educação Superior passa por transformações no cenário da pandemia de COVID-19. As aulas presenciais necessitaram de uma aplicação emergencial em regime remoto. As competências e habilidades trabalhadas em sala de aula física passam a demandar novas estratégias no ensino remoto. Há uma ampliação nas tecnologias da informação e comunicação (TIC), com o uso de plataformas virtuais e serviços videochamadas. As aulas gravadas e as avaliações remotas passam a constituir uma realidade, inclusive para professores e alunos que não eram habituados ao uso de computadores. Nesse sentido veio a palestra da Profa. Dra. Rita de Cássia Barradas Barata, abordando com os discentes da FADISP essas transformações e suas implicações. Há um enfoque interdisciplinar, partindo da área de formação da palestrante

(medicina e epidemiologia), o que fomenta o pensamento crítico na academia. *(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)*

A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA EM TEMPOS DA COVID-19	MARIANA MATSUSHITA E BETINA TREIGER	04/05/2020	75
---	-------------------------------------	------------	----



A palestra ministrada pelas professoras Dras. Betina Treiger Grupenmacher e Mariana Matsushita abordou, dentro do contexto da pandemia de COVID-19, o princípio da capacidade contributiva em matéria tributária. A temática de Direito Tributário demonstra-se relevante num contexto de crise humanitária e social. Questões que envolvem a distribuição e redistribuição da riqueza, dentro de políticas estatais, começam a ganhar mais relevância. O exercício pelo Estado do poder de tributar é limitado por sua função social e seus deveres. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz consigo normas sobre tributação, dentro de uma lógica de um Estado democrático de Direito, lastreado na dignidade da pessoa humana. A palestra auxiliou a comunidade acadêmica ao reflexões principiológicas adaptáveis a uma realidade em transformação. *(Fonte da*

imagem: Site / Instagram da FADISP)

MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS	ROBERTA MUCARE PAZZIAN	02/04/2020	-
-----------------------------	------------------------	------------	---

Medidas Executivas Atípicas

2 de abril • das 19h às 22h



Profa. **Roberta Mucare Pazzian**

A palestra ministrada pela Profa. Dra. Roberta Mucare Pazzian objetivou debater questões processuais civil à luz do Código de Processo Civil de 2015. Um debate que surgiu com o advento do “novo” Código foi o das medidas executivas não taxativas (art. 139, IV). Houve divergências importantes na doutrina e jurisprudência acerca da possibilidade e limites de tais medidas. Nesse contexto vêm se manifestando os Tribunais Superiores brasileiro. Da apreensão de passaportes até a cassação de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), diversas foram as medidas atípicas já aplicadas, cabendo uma reflexão oportuna pela comunidade acadêmica sobre tais controvérsias. (Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)

MEUS DADOS ESTÃO NA INTERNET. E AGORA?	ELAINE KELLER	08/05/2020	70
--	---------------	------------	----



A palestrante Profa. Dra. Elaine Keller trouxe reflexões sobre privacidade e proteção de dados. No Brasil a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) veio modificar a concepção jurídica sobre os dados e sua proteção – trazendo conceitos novos ao ordenamento jurídico nacional, como a “autodeterminação informativa” e “o livre desenvolvimento da personalidade”. A normativa brasileira de proteção de dados demorou muito tempo para se consolidar, ganhando status constitucional apenas em 1988, regulamentada pela LGPD apenas em 2018. A jurisprudência alemã, por exemplo, já se direcionava para a proteção de dados ainda em 1983. Nesse contexto, os instrumentos de proteção aos dados são relevantes ao jurista, figurando como conteúdo essencial para aprofundamento em atividades acadêmicas.

(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)

Live no IG @fadispalfa 11/05 16h



CRISE ECONÔMICA DO COVID-19 NA EUROPA



Dr. Andrea Pisaneschi
Professor Ordinário da Universidade de Siena, da Itália.

11/05 18h



DIÁLOGOS SOBRE FILOSOFIA E DIREITO NO CENÁRIO DE PANDEMIA DO COVID-19



Live no IG @fadispalfa 13/05 16h



DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO (1789)



Dr. Júlio Vellozo
Professor FADISP

juliocesarvellozo

Live no IG @fadispalfa 20/05 - 09h00



A CATEGORIA JURÍDICA DA FRATERNIDADE NO COMBATE À COVID-19



Reynaldo Fonseca
Ministro STJ

Live no IG @fadispalfa 20/05 18h



As novas propostas legislativas para a regulação das relações de família em tempos de pandemia.

Qual será o legado do vírus no ordenamento jurídico?



Mário Delgado

Live no IG @fadispalfa 25/05 18h



Jurisdição Constitucional Extraordinária



Georges Abboud

Live no IG @fadispalfa **26/05** 18h



O Direito do Trabalho frente à nova realidade



Raphael Jacob Brolio
 Juiz Federal do Trabalho do TRT da 2ª Região,
 Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP.

Live no IG @fadispalfa **27/05** 17h



A mediação em tempos de COVID-19



Marco Buzzi
 Ministro do STJ



Rennan Thamay
 Professor FADISP

Live no IG @fadispalfa **28/05** 18h



Execução penal. Processo e política criminal.



Prof. Alexis Couto de Brito

alexis_couto_de_brito

Live no IG @fadispalfa **29/05** 18h



Da videoconferência à teleaudiência: tradição cede à inafastabilidade da jurisdição.



Marco Bruno Miranda Clementino
 Juiz Federal no Rio Grande do Norte

fadisp.com.br/curta_duracao **04/06**
 10h Brasil
 14h Portugal



Pandemia, Fraternidade e o Direito Fraterno



Prof. Dr. Paulo Ferreira da Cunha
 Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal

Live no IG @fadispalfa **15 a 18 de junho**
 das 9h às 11h30

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

TECNOLOGÍA Y DERECHO




Dra. Vanessa Jiménez Serranía
 Professora da Universidad Oberta de Catalunya, Espanha.

Live no IG @fadispalfa

19 de junho
das 9h30 às 11h30

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

AULA MAGNA



Otavio Luiz Rodrigues Jr.
Professor Associado da Faculdade de Direito da USP e Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público

henriquegarbellir

É o Direito uma ciência?



FADISP
FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

Prof. HENRIQUE GARBELLINI

Di. 19/06 - 18h

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO PÓS PANDEMIA

13 a 17 de julho

Live no IG @FadispAlfa



Tania Groppi
13 de julho
10h - Brasil
15h - Itália

PROBLEMAS JURÍDICOS DEL COVID EN LA PERSPECTIVA DEL DERECHO CONSTITUCIONAL ITALIANO

Live no IG @fadispalfa

15 de julho
10h (Brasil)
15h (Itália)

LIVE INTERNACIONAL

PÓS COVID: POR UM CONSTITUCIONALISMO SUPRANACIONAL



Luigi Ferrajoli

Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados

Dra. Elaine Cristine Zordan Keller

Dias **15, 16, 17, 18, 19, 22 e 23 de junho**, das 19h às 22h

INSCREVA-SE EM fadisp.com.br/curta-duracao

FADISP
FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

CERTIFICAÇÃO
CURSO PÓS-GRADUADO EM PROTEÇÃO DE DADOS

PACOTE ANTICRIME
(Lei nº 13.964/2019)

NOVA DATA **21 e 28 de agosto**




Pacote Anticrime: os impactos no Direito Processual Penal, Direito Penal e Lei de Execução Penal

Ingressos R\$ 0,00

21 de agosto de 2020, 19h - 28 de agosto de 2020, 22h30

FADISP - São Paulo, SP

22. agosto 2pm - 6pm (Italia)
 9h - 13h (Brasil)

El principio de legalidad hoy



PRESIDENTE DE MESA
Gabriela Prioli

DEBATIDOR
Humberto Fabretti

Luigi Ferrajoli

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
 NUEVAS FRONTERAS DE LA LEGALIDAD
 EN DERECHO INTERNACIONAL Y PENAL
 ENTRE 7 DE AGOSTO Y 4 DE SEPTIEMBRE

A formação da noção contemporânea de sujeito

08 de AGOSTO



Prof. Júlio Vellozo Prof. Henrique Garbellini



CURSO ONLINE **03/10** • das 9h às 17h30



O Pensamento de Hans Kelsen: Teoria Pura do Direito e Norma Ficcional



Henrique Garbellini

henriquegarbellini

ONLINE **TST NA FADISP**

08/OUT • 19H

O futuro do Direito do Trabalho



Ministra **MARIA HELENA MALLMANN**



COORDENAÇÃO
 Prof. **Francisco Jucá**

FADISP FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO
 EJUD 2
 ALEA EDUCAÇÃO

REFORMA TRIBUTÁRIA



Paulo de Barros Carvalho
 Professor Titular e Emérito da PUC-SP e da USP



Robson Maia Lins
 Vice-presidente do Conselho Nacional de Educação - CNE e Professor da PUC-SP

26 DE NOVEMBRO ÀS 19H
bit.ly/palestra-reforma

FADISP FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO



17/NOV às 19h

Direitos fundamentais e garantias penais: desafios e efetividade

Transmissão simultânea pelo Youtube da UNIALFA

Reynaldo Soares da Fonseca
 Ministro do Superior Tribunal de Justiça

ALEA EDUCAÇÃO
 FADISP

05/12 • 9h às 13h (Brasil)

Painel sobre antidiscriminação, pluralismo, novas perspectivas criminais



Liliana Estupiñán Archury

Eric Leiva Ramirez

Maria Elena Attard Bellido

Ginary Tatiana Gutiérrez Robledo

Henry Torres Vásquez

Norberto Hernández Jiménez

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
 NOVAS FRONTEIRAS DA LEGALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL E PENAL

FADISP UNIVERSITÀ DI SIENA 1240 AASP

24 de novembro às 19h

A importância de um ensino de qualidade para o Sistema de Educação

Transmissão simultânea pelo Youtube, Facebook e Instagram da FADISP



Palestrante
Milton Ribeiro
 Ministro da Educação

Debatedor
 Thiago Matsushita

Debatedor
 André Ramos Tavares

ALFA EDUCAÇÃO UNIMELIA FADISP COLÉGIO ALFA



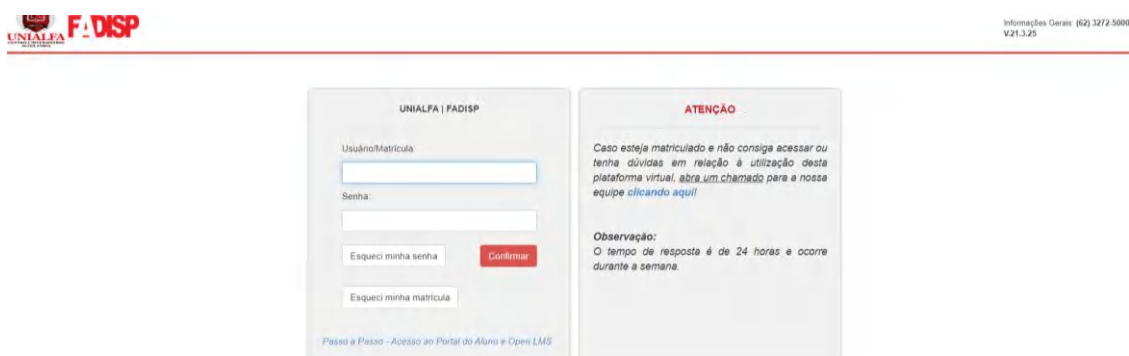
Dentre os cursos ofertados, merece destaque o curso de nivelamento em Português foi ministrado pela Profa. Dra. Vanessa Trauzzola (licenciada em língua portuguesa e inglesa). O objetivo do curso é o de promover os aportes necessários para os acadêmicos de Direito em língua portuguesa e redação (com ênfase nos ingressantes). Não obstante o conhecimento da língua seja requisito necessário para o ingresso no curso, há um público

heterogêneo na FADISP. A Instituição conta com alunos oriundos de diversas escolas (públicas e particulares), alguns já formados há algum tempo – sem contato com estudos da Língua. Num curso de Direito a linguagem é requisito essencial, não apenas para a formação, mas para a formação com qualidade. Questões como ortografia (num contexto da Reforma Ortográfica) se colocam como passíveis de revisão, até leitores habituais e estudantes de ensino superior.

No levantamento de dados foram encontrados resultados que demonstram que são trabalhadas a flexibilidade e a interdisciplinaridade na proposta pedagógica do curso de Direito, proporcionando ao discente amplitude de forma reflexiva e transformadora, relacionada ao curso, a si mesmo, as demais pessoas e ao contexto que está inserido. Verificou-se que são desenvolvidas atividades, tais como: visitas técnicas, encontros técnico-científicos, trabalho de conclusão de curso e outros eventos acadêmicos. Elas viabilizam a conexão entre o conhecimento teórico e as atividades práticas desenvolvidas no curso e disciplinas em cada semestre letivo.

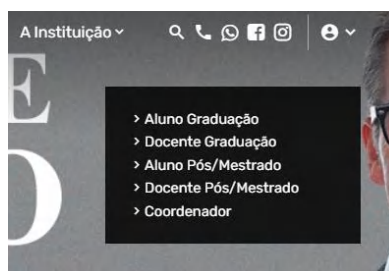
Na temática atinente à “comunicação e as relações estabelecidas entre a IES e a comunidade”, identificando as formas de aproximação utilizadas. Nessa dimensão apurou-se que a FADISP mantém um canal aberto com a comunidade externa e interna. Buscando referenciar-se local, regional, nacional e internacionalmente, com vários interlocutores, na perspectiva de acesso à educação e ao conhecimento científico. A instituição possui secretaria para atendimento presencial (dentro dos limites sanitários da pandemia) e atendimento virtual. O site institucional (<https://fadisp.com.br/>) possui dados para contatos e manifestações.

O corpo discente tem acesso direto à Instituição, por meio de atendimento presencial ou *online*. Todas as informações de sua vida acadêmica estão disponíveis no Portal Acadêmico, mediante usuário e senha. Neste sistema estão disponíveis informações de acesso ao *Open LMS*, Biblioteca Digital Saraiva e informações acadêmicas (faltas, notas etc). Os alunos possuem contato com a instituição por e-mail e telefone, para além da interação frequente da coordenação e tutoria com o corpo discente.



(Fonte: Site da FADISP - <http://academico.alfa.br/eportal/index.php>)

O corpo docente possui canais adequados de comunicação com a Instituição, existindo grupo de *WhatsApp* com os professores e gestores, também é disponibilizado um *e-mail* institucional (para todos os docentes). O *link* de acesso ao Portal Acadêmico está no site da Faculdade, no canto superior direito, contendo todos os acessos necessários aos docentes (*Open LMS*, Biblioteca Digital Saraiva e lançamento de notas e faltas). Há suporte técnico para as dificuldades de acesso ou problemas que venham a surgir nessas plataformas.



(Fonte: Site da FADISP - <https://fadisp.com.br/>)

Para a comunidade acadêmica, interna e externa, há no site institucional canais de diálogo aberto com a comunidade. Esse acesso se concretiza em informações relevantes ao público divulgadas na página e em canais para acesso a outras informações. O site da instituição (www.fadisp.com.br) foi projetado para facilitar o acesso dos usuários para contato e informações. Através dele, qualquer pessoa da comunidade pode entrar em contato direto com a FADISP.



Informações institucionais e de cursos.

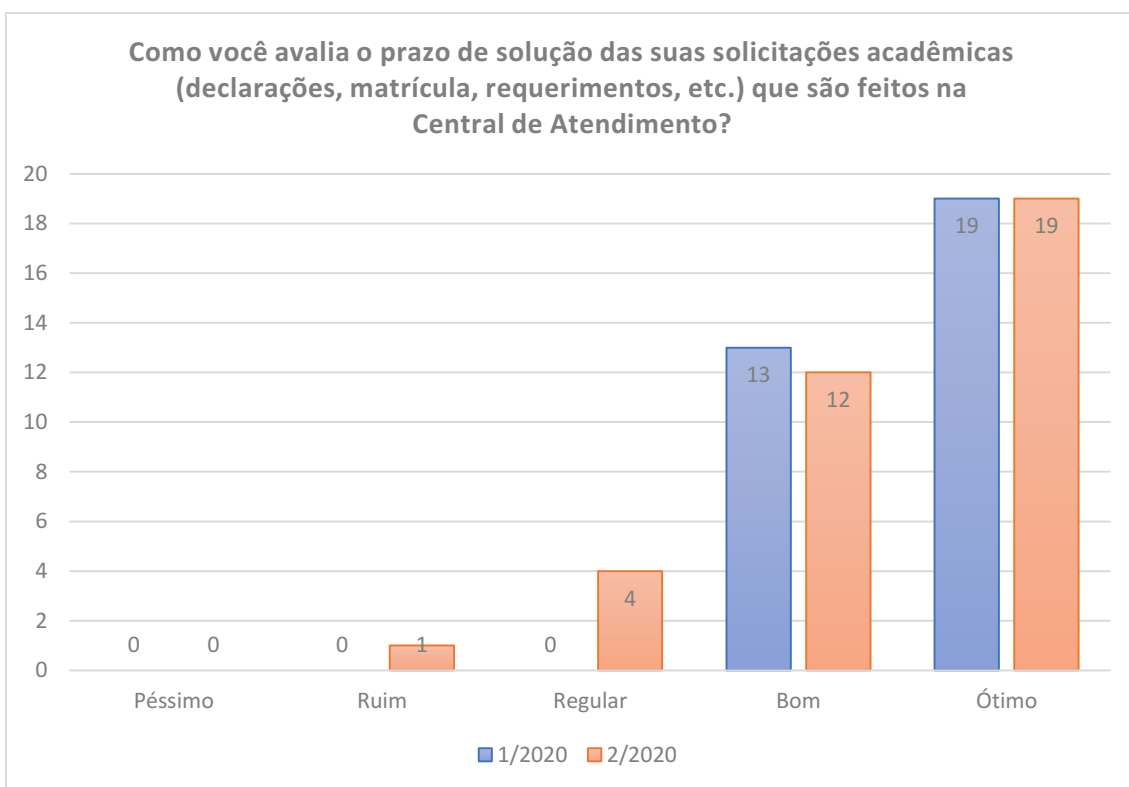
Contatos de telefone, WhatsApp, Facebook e Instagram



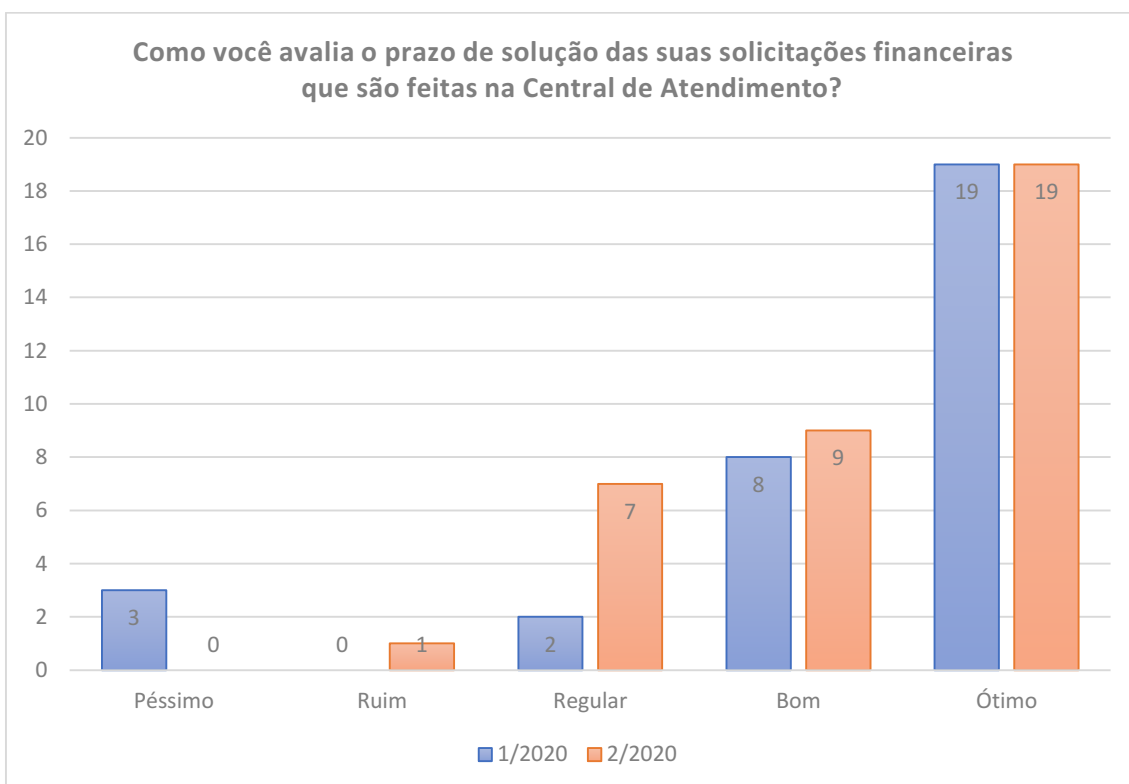
Mural de notícias

(Fonte: Site da FADISP - https://fadisp.com.br/)

No tocante o atendimento. financeiro e acadêmico, os discentes avaliaram positivamente. Com quase a integralidade das avaliações entre “Bom” e “Ótimo”. Nos gráficos abaixo é possível se verificar os itens enunciados:






(Fonte: Comissão Própria de Avaliação – CPA)

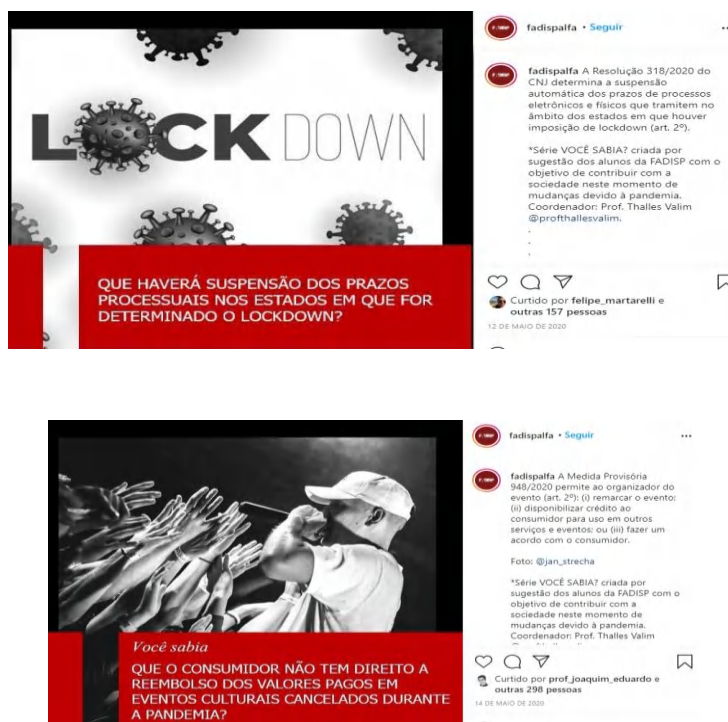


(Fonte: Comissão Própria de Avaliação – CPA)

A comunicação com a sociedade externa (sobretudo a difusão do conhecimento) ocorre por publicações (informativos, catálogos, folders, cartazes etc), produções eletrônicas (rádio e tv) e Internet (redes sociais como Youtube, Instagram, Facebook, portais, sites, newsletter, banners, informativos etc). As principais mídias institucionais estão *linkadas* abaixo:

-  <https://fadisp.com.br/>
-  <https://www.facebook.com/FadispAlfa/>
-  <https://www.instagram.com/fadispalfa/>
-  https://www.youtube.com/channel/UCgE2Bp-rm_c8Sc9Em5uYp2w

Há nessas redes a divulgação das ações da Instituição, contando com as informações de eventos e cursos. Também são divulgadas informações importantes sobre temas do Direito, buscando dialogar o conhecimento acadêmico com a sociedade. Há também um direcionamento dos conteúdos para a comunidade jurídica em geral.

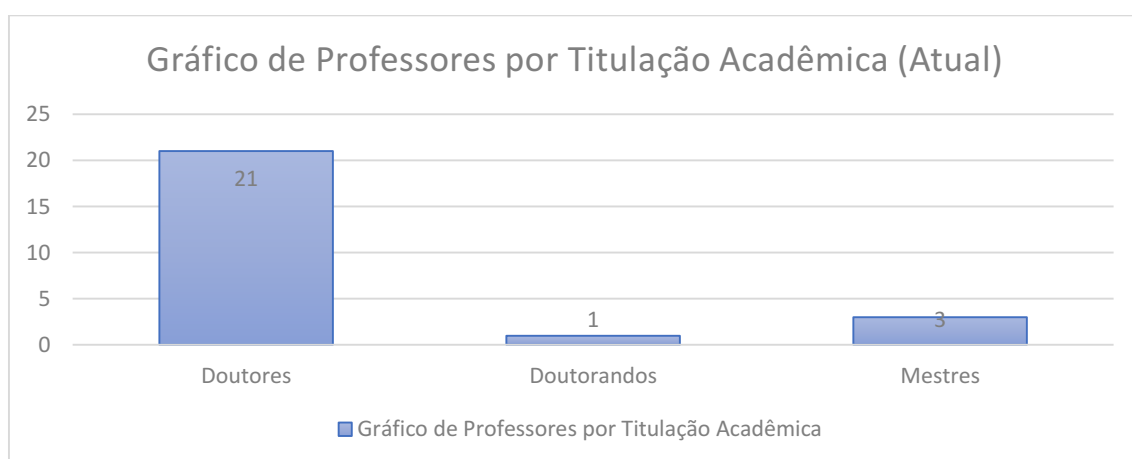


(Fonte da imagem: Site / Instagram da FADISP)

Conforme já explicitado a Instituição possui corpo docente formado integralmente por mestres, doutorandos e doutores. Sendo que: A instituição possui 25 professores, dentre os quais 21 doutores, 1 doutorando e 3 mestres. No relatório abaixo organizam-se alfabeticamente os(as) professores(as) (em 31/03/2021), com respectiva titulação, breve currículo e link do currículo Lattes – extraídos manualmente da plataforma do CNPq. Vale observar que muitos dos docentes cumulam aulas na graduação e *stricto sensu*, buscando-se a integração entre a graduação e a pós-graduação, dentro das diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior– CAPES.

Houve, dessa forma, uma evolução progressiva e significativa na titulação dos professores, posto que no primeiro semestre de 2019 a titulação, em percentuais aproximados, era de 3% do quadro de docentes composto por especialistas, 33% por mestres e 64% por doutores. Atualmente a Instituição conta com 88% de doutores / doutorandos e 12% de mestres, não havendo nenhum professor com grau máximo de especialista.

Além da titulação, vale ressaltar que a IES tem como diferencial na oferta do curso de Direito a contratação e manutenção em seus quadros de um corpo docente que atenda a dois critérios considerados indispensáveis: a formação acadêmica e a experiência profissional.



Professor	Link do Currículo Lattes (CNPq)
Dr. Alexis Augusto Couto de Brito	http://lattes.cnpq.br/9424442556070110
<p>Possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Santos, Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutorado em Direito Penal pela Universidade de São Paulo - USP. É pós-doutor pela Universidade de Coimbra (Portugal) e pela Universidad de Salamanca (Espanha). Pós-graduado em Direito pela Universidade Castilla-La Mancha de Toledo (Espanha). Foi pesquisador convidado do Instituto de Filosofia do Direito da Universidade de Munique (Alemanha). É professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Graduação e Pós-Graduação lato sensu) e da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP (Graduação e stricto sensu). Professor convidado de vários cursos de pós-graduação. Faz parte do Conselho Editorial da Revista Opinión Jurídica (Colômbia), Revista Penal (Espanha) e da Revista Brasileira de Ciências Criminais, dentre outras. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: dogmática penal, política criminal e execução penal. Obras mais importantes: Direito Penal - Parte Geral (em coautoria) e Execução Penal, ambas pela editora Saraiva; Processo Penal Brasileiro (em coautoria) e Imputação Objetiva, Crimes de Perigo e Direito Penal Brasileiro pela editora Atlas; Direito Penal - Aspectos Jurídicos controvertidos, pela editora Quartier Latin; Estatuto do Desarmamento; pela editora RCS. Advogado criminalista membro da Comissão de Direito Penal e da Comissão de Direito Penal Econômico da OAB/SP. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. André de Carvalho Ramos	http://lattes.cnpq.br/3246632731928851
<p>É Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP - Largo São Francisco). É Professor Titular do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado - da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). É Livre-Docente e Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi visiting fellow do Lauterpacht Centre for International Law (Cambridge). É Procurador Regional da República. É Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho "Migração e Refúgio" da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (2020-2022). Foi o primeiro Secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República (2017-2019). Foi o primeiro Coordenador Nacional do Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (2013-2015). Foi Procurador Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (2012-2016). Foi Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de São Paulo (2000-2002). É autor de obras em Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direitos Humanos. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dra. Austréia Magalhães C. da Silva	http://lattes.cnpq.br/4247245936549699
<p>Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora junto ao Leopold-Wenger Institut für Rechtsgeschichte - Antike Rechtsgeschichte und Papyrusforschung, com bolsa BEPE/FAPESP (Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior - 2012/2013). Bolsista-Pesquisadora de Doutorado Direto da FAPESP (2011/2014). Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, com habilitação em Direito Privado e Processo Civil. Membro do Projeto Temático As Origens Romanas do Código Civil Brasileiro (2010/2015), financiado pela FAPESP. Vencedora do Prêmio Jovem Jurista (2011). Bolsista-Pesquisadora do Programa Santander de Iniciação Científica/PIBIC (2007/2009). (Texto informado pelo autor)</p>	
Dra. Carolina Noura de M. Rêgo	http://lattes.cnpq.br/3604511485717242
<p>Doutora na Linha de Pesquisa Função Social do Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de Direito - FADISP (2019). Mestre em História pela Universidade de Brasília - UnB (2002). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (2009). Licenciada em Língua e Literatura Francesa pela Universidade de Nancy - França (2002). Licenciada em História pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (1999). Professora no Programa de Graduação, Mestrado e Doutorado e Coordenadora - FADISP . Assessora Jurídica no Ministério Público Federal - PRR3. Parecerista na Revista Pensamento Jurídico e na Revista Científica da Faculdade de Direito da Universidade Metropolitana de Santos - Legalis Scientia. Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, História do Direito, Filosofia do Direito, Direito de Família. (Texto informado pelo autor)</p>	
Ms. Danilo Gonçalves Montemurro	http://lattes.cnpq.br/1242493046087721

Advogado, pós-graduação em Direito Processual Civil e Mestre em Direito (Texto informado pelo autor)	
Dr. Eduardo Arruda Alvim	http://lattes.cnpq.br/8576414745812691
Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Atualmente é professor (bacharelado, especialização, mestrado e doutorado) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC SP e da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Tributário, Direito Processual Tributário, Direito Administrativo, Direito Processual Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: processo judicial tributário, recursos, procedimentos especiais, mandado de segurança, fazenda pública, dentre outros. (Texto informado pelo autor)	
Dr. Everaldo Augusto Cambler	http://lattes.cnpq.br/2352908430643450
Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981), mestrado (1991) e doutorado em Direito (1997) pela mesma Universidade. Atualmente é professor assistente doutor do programa de graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica, professor e coordenador do Curso de Especialização em Direito Imobiliário no curso de extensão e especialização em Direito do COGAE da PUC/SP. É Professor Titular do Programa de Graduação e Pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Autor de diversos artigos e livros. Arbitro da Câmara de Mediação e Arbitragem da Sociedade Rural Brasileira (2015-2019) e Presidente da Comissão de Direito Imobiliário do Instituto dos Advogados de São Paulo ? IASP. É sócio do Escritório Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica, consultor jurídico e parecerista nas áreas de Direito Civil, Obrigações, Contratos, Responsabilidade Civil, Direito das Coisas, coordenando o núcleo de Direito Imobiliário. (Texto informado pelo autor)	
Dr. Francisco Pedro Jucá	http://lattes.cnpq.br/5669534583194914
Livre Docência em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo - USP em 2013; Pós-Doutorado em Direito Social pela Universidade Nacional de Córdoba - Argentina em 2015; Pós- Doutorado em Direito Público pela Universidade de Salamanca - Espanha em 2013; Doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo - USP em 2000; Doutorado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP em 1997; Mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Pará - UFPA em 1990. Professor Titular da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP; Professor Convidado da Escola Paulista de Magistratura do TJ/SP. Pertence à Academia Paulista de Letras Jurídicas - APLJ; Academia Paulista de Magistrados; Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário ? IBEDAFT, Sociedade Brasileira de Direito Financeiro - SBDF; Academia Paraense de Letras Jurídicas. Áreas de interesse e atuação: Teoria Constitucional, Organização de Poderes, Organização Financeira, Tributária e Bom Governo. Relações de Trabalho e Relações Econômicas. Função Social dos Bens de Produção e Feitos Horizontais dos Direitos Fundamentais. (Texto informado pelo autor)	
Dra. Giselda M. F. N. Hironaka	http://lattes.cnpq.br/1695562485170726
Graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1972), doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (1982), livre docência em Direito pela Universidade de São Paulo (2003) e titularidade em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Coordenadora titular e pedagógica do Curso de Direito do Centro Universitário UNIALFA, em Goiânia desde 2001. Coordenadora titular da área de Direito Civil da Escola Paulista de Direito (EPD), desde 2002. Coordenadora titular do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP) desde 2010. Patronesse do Curso de Direito de Família e Sucessões da Escola Brasileira de Direito (EBRADI) desde 2018. Membro fundador e diretora nacional para a região Sudeste do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) desde 1997. Diretora nacional para a região Sudeste do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil) desde 2012. Ex Procuradora Federal. (Texto informado pelo autor)	
Dr. Henrique Garbellini Carnio	http://lattes.cnpq.br/1267615013735742

<p>Doutor em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2013) e Mestre em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2008). Pesquisador Colaborador no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, com pós-doutorado em filosofia (2016). Foi bolsista no mestrado e doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Professor do núcleo de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor permanente do curso de mestrado e doutorado em direito da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Advogado sócio do escritório Freitas Guimarães Advogados Associados. Tem experiência na área de Direito e Filosofia, atuando principalmente nos temas relacionados à teoria e filosofia do direito. Desenvolve atividades de pesquisa com destaque para o seguintes assuntos: gênese do direito; direito, poder e violência; teoria da norma jurídica e sociologia e antropologia jurídica. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Joaquim Eduardo Pereira	http://lattes.cnpq.br/2484730816116047
<p>Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca(2011) e mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2015). Atualmente é Revisor de periódico do Pensamento Jurídico - Revista da Faculdade Autônoma de Direito, Professor 1 da Faculdades Alves Faria, Professor do Centro Universitário Max Planck e Professor do Centro Universitário de Jaguariúna. (Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes)</p>	
Ms. José Eduardo Trevisano	http://lattes.cnpq.br/0861046598305229
<p>Possui graduação em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos. Especialista em direito e processo do trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em direito pela Faculdade Autônoma de Direito - FADISP. Atualmente é professor em direito e processo do trabalho e seguridade social na Faculdade Autônoma de Direito - FADISP e sócio na Freitas Guimarães Advogados Associados. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: vínculo de emprego, função social do direito do trabalho e questões constitucionais no âmbito da justiça trabalhista (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Julio Cesar de Oliveira Vellozo	http://lattes.cnpq.br/7139153540254751
<p>Possui doutorado no programa de História Social da FFLCH/USP com período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa sob orientação de Antonio Manuel Hespanha. Possui mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP (2012), graduação em História pela Universidade de São Paulo (2009). Concluiu dois pós-doutorados, um primeiro na Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca/Espanha e outro na Faculdade de Direito da USP. É professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da graduação e programas de mestrado e doutorado da FADISP. Foi membro titular do Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES durante três anos. Tem experiência nas áreas de História, História do Direito, História Constitucional, Pensamento Social Brasileiro, História do Império do Brasil. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Lauro Ishikawa	http://lattes.cnpq.br/0365745946236963
<p>Doutor e mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; pós-doutor pela Universidad de Salamanca, USAL; professor da graduação em Direito, professor e coordenador adjunto do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade Autônoma de Direito, FADISP; professor orientador do doutorado na Universidad de Salamanca, em regime de cotutela e dupla titulação FADISP-USAL; é bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, Brasília, DF, Brasil. Foi Assessor da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da PUC-SP, nomeado pelo Ato do Reitor nº 168/2009 (2009-2012). Foi membro do Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no Ministério da Educação (2008-2010); advogado em São Paulo. E-mail: lauro.ishikawa@unialfa.com.br. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Luiz Regis Prado	http://lattes.cnpq.br/7320868791398672
<p>Pós-doutorado em Direito Penal. Universidade de Zaragoza (Espanha). Pós-doutorado em Direito Penal Ambiental Comparado. Universidade Robert Schuman de Strasbourg (França). Doutorado e Mestrado em Direito das Relações Sociais - Direito Penal - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979/1984). Pós-graduado em Direito Penal. Universidade de Salamanca (Espanha). Graduado em Direito. Universidade</p>	

<p>Estadual de Londrina. Professor de Direito Penal Constitucional da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Professor Titular de Direito Penal da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Consultor Jurídico ad-hoc da Organização dos Estados Americanos (OEA). Codiretor e professor do curso de Pós-Graduação em Direito (proteção jurídica do meio ambiente, ordenação do território e patrimônio histórico). Universidade de Castilla-la-Mancha (Espanha). Pesquisador e conferencista em Direito Penal do Instituto de Direito Comparado e Penal. Universidade de Firenze (Itália). Pesquisador do Centre du Droit de l'Environnement de Strasbourg; do Consiglio Nazionale della Ricerca (Itália). Consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Professor visitante da Universidade Robert Schuman de Strasbourg (França); da Universidade de Zaragoza (Espanha); da Universidade Nacional de Educação à Distância (Espanha). Doutor Honoris Causa em Direito. Universidade Nacional de San Agustín de Arequipa. Professor Honoris Causa das Universidades Nacional de San Agustín e Católica de Santa Maria, e da Universidade de Andina de Cuzco (Peru). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Penal, Direito Penal Econômico, Direito Penal do Ambiente, Direito Penal Internacional e Teoria Geral do Direito. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dra. Maitê Cecília Fabbri Moro	http://lattes.cnpq.br/5471669159750359
<p>Professora de Direito Empresarial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1995), Mestrado em Direito (1999) e Doutorado em Direito, ambos pela PUC-SP (2006). Foi Diretora da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI). É Consultora e tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: propriedade intelectual, direito empresarial, teoria geral do direito e direito internacional. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Renato Gugliano Herani	http://lattes.cnpq.br/7984443895712245
<p>Professor Titular de Direito Constitucional nos programas de mestrado e doutorado da Fadisp. Professor de graduação nas disciplinas de Direito Constitucional, Processo Constitucional e Teoria Geral do Estado. Titular do escritório de Advocacia Gugliano Herani, com experiência profissional na advocacia empresarial. (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Rennan Faria Krüger Thamay	http://lattes.cnpq.br/3295002524818823
<p>Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa. Doutor em Direito pela PUC/RS e Università degli Studi di Pavia. Mestre em Direito pela UNISINOS e pela PUC Minas. Especialista em Direito pela UFRGS. Professor Titular do programa de graduação e pós-graduação (Doutorado, Mestrado e Especialização) da FADISP. Professor da pós-graduação (lato sensu) da PUC/SP, do Mackenzie e da EPD - Escola Paulista de Direito. Professor Titular do Estratégia Concursos e do UNASP. Foi Professor assistente (visitante) do programa de graduação da USP e Professor do programa de graduação e pós-graduação (lato sensu) da PUC/RS. Presidente da Comissão de Processo Constitucional do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo). Membro do IAPL (International Association of Procedural Law), do IIDP (Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal), do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo), da ABDPC (Academia Brasileira de Direito Processual Civil), do CEBEPEJ (Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais), da ABDPro (Associação Brasileira de Direito Processual) e do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Advogado, administrador judicial, árbitro, mediador, consultor jurídico e parecerista. www.rennanthamay.com.br (Texto informado pelo autor)</p>	
Dr. Ricardo dos Santos Castilho	http://lattes.cnpq.br/6275673344564572
<p>Sou pós-doutorando em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco/USP e pós - Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Meu título de Doutorado foi obtido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ? PUC/SP, em Direito das Relações Sociais. Como pesquisador acadêmico, faço parte de dois diretórios de grupos pesquisa do CNPq; no GEDA ? Grupo de Estudos em Direito de Águas, vinculado à Universidade do Estado do Amazonas - UEA e do NPDA ? Núcleo de Pesquisa em Direito de Águas, ligado à Universidade Federal do Amazonas. Os dois grupos investigam Direito, Governança e Segurança Hídrica no âmbito dos seus respectivos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito. Posuo diversas publicações jurídicas como livros (publicados em Editoras como a Saraiva, Lumem Juris e Juruá), capítulos de livros e artigos em periódicos. Na FADISP - Faculdade Autônoma de Direito, sou Professor Titular de Filosofia e Direitos Humanos no programa de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito ? FADISP, e no curso de graduação em Direito leciono a</p>	

disciplina de Ética das profissões jurídicas. Sou Fundador e Diretor Geral da Escola Paulista de Direito ? EPD, sendo coordenador científico do Programa de Pós-graduação lato sensu em Direito Público, Professor e Coordenador do MBA em Direito Corporativo e Compliance e Diretor do Mestrado em Resoluções Alternativas de Controvérsias Empresariais. Tenho forte atuação no ramo da advocacia empresarial, sendo Advogado, Consultor e Parecerista, titular do Escritório Castilho Sociedade de Advogados, em São Paulo e Brasília. Sou Chairman da Law Concept Academy -LCA e CEO da Faculdade de Direito Tech ? FADITECH. Sou Presidente da Comissão Permanente de Estudos da Cidadania do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Na Federação do Comércio de São Paulo - FECOMERCIO, acumulando as funções de conselheiro do Conselho Superior de Direito com a de Árbitro. (Texto informado pelo autor)

Ms. Ricardo Ferreira Dias	http://lattes.cnpq.br/2821654491838452
---------------------------	---

É graduado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1999) e pós-graduado (especialização em Direito Processual Penal) pela Escola Paulista da Magistratura (2004). É mestre em direito pela Universidade Metropolitana de Santos (2014). Foi professor da Universidade de Santo Amaro nas cadeiras de Direito Penal e Direito Processual Penal entre 2004 e 2009. Foi professor da Universidade Anhanguera nas cadeiras de Direito Penal e Direito Processual Penal entre 2011 e 2017. É professor de Direito Penal e Direito Processual Penal na Faculdade Autônoma de Direito desde 2010. É advogado militante, com ênfase na área criminal. (Texto informado pelo autor)

Dr. Ricardo Pereira de F. Guimarães	http://lattes.cnpq.br/1039288116711181
-------------------------------------	---

Doutor, Mestre e Especialista em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da graduação e do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP Professor convidado da pós-graduação da ESA (Escola Superior de Advocacia) da OAB de SP, Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas (GVLAW) no curso de especialização em Direito Empresarial do Trabalho, Professor Convidado da Escola Paulista de Direito, Professor do curso de pós-graduação em direito e processo do trabalho da PUC-SP (COGEAE), Professor Convidado do curso de pós-graduação em Direito do Trabalho da FACAMP, Professor Convidado do curso de pós-graduação em processo do trabalho da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor do curso de pós-graduação da Universidade Católica de Santos (COEAE), Professor convidado dos cursos de pós graduação em Direito e Processo do Trabalho da UNOESC e da UNIMEP, professor de graduação em Administração de Empresas da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), professor da pós graduação da Asociación Iberoamericana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, Diretor da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (2002-2004 e 2004-2006), Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), eleito para ocupar a cadeira 81 da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas, palestrante e autor de livros e artigos jurídicos. (Texto informado pelo autor)

Dra. Talita Pimenta Félix	http://lattes.cnpq.br/7073277226141670
---------------------------	---

Doutoranda em Direito do Estado, subárea em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com bolsa fornecida pela CAPES, Mestre pela mesma Instituição. Especialista na mesma área pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e pelo Instituto Goiano de Direito Tributário (IGDT). Graduada em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), em 2002. Coordenadora do curso de pós-graduação e de cursos de extensão administrados pelo IBET/Brasil, desde 2006. Ex-Conselheira do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) do CAT/GO (Conselho Administrativo do Estado de Goiás) e da Ex-Conselheira da Junta de Recursos Fiscais do Município de Goiânia. Bolsista CAPES. Advogada e Professora. (Texto informado pelo autor)

Túlio Augusto Tayano Afonso	http://lattes.cnpq.br/5924843984518231
-----------------------------	---

Graduado em Direito (2001), Especialista em Direito e Processo do Trabalho (Mackenzie/SP 2003), Mestre em Direito Político e Econômico (Mackenzie/SP 2005), Doutor em Direito Econômico Internacional (PUC/SP 2013), Pós-doutor em Direito (Universidad de Salamanca/2018). Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Graduação e Pós-graduação em Direito) e das Faculdades Alves Faria (Pós-graduação Stricto Sensu). Experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Coletivo do Trabalho (Direito Sindical), Direito Individual do Trabalho, Direito Portuário, Direito Administrativo, Direito Empresarial e Compliance. Advogado atuante em São Paulo. Assessor e Consultor jurídico. Consultor na área de Compliance. (Texto informado pelo autor)

Dra. Vanessa Santana Lima Trauzzola	http://lattes.cnpq.br/1241922728855996
Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Educação e Saúde na Infância e Adolescência da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); graduada em Letras com licenciatura plena em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Docente da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP, onde ministra aulas de Linguagem, Comunicação e disciplinas correlatas às Ciências Sociais. Na rede pública de ensino do município de São Paulo é Professora Orientadora de Educação Digital - POED. (Texto informado pelo autor)	
Ms. Victor Henrique Grampa	http://lattes.cnpq.br/2725775011784565
Professor universitário na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (Fadisp) e advogado (OAB/SP 348.277). Assessor de Ouvidoria na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Doutorando e mestre em Direito Político e Econômico (2016), graduado em Direito e Filosofia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) (2013 e 2017). Especialista em Educação em Direitos Humanos pela UNIFESP (2016) e em Formação de Professores com ênfase no Ensino Superior pelo IFSP (2016). Foi presidente e conselheiro da Comissão Nacional do ProUni no Ministério da Educação (CONAP/MEC) (2015-2017,2018-2020). Esp. em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). (Texto informado pelo autor)	

A partir da análise dos dados e das informações, as ações dos eixos/dimensões contempladas na Avaliação Institucional do ano de 2020 (parcial) com o objetivo de compreender os pontos percebidos para melhoria do processo. Dessa maneira, servirá como autoconhecimento institucional, orientando a partir das potencialidades e fragilidades apresentadas, procurando receber as críticas como pontos de aperfeiçoamento que se transformem em ações de aprimoramento constante objetivando atingir o nível de satisfação.

A FADISP entende-se que a avaliação Institucional é uma ferramenta a ser utilizada na busca contínua de excelência da qualidade no desempenho acadêmico, do aperfeiçoamento constante do planejamento, da gestão competente e do fortalecimento progressivo dos compromissos sociais, e nas práticas nas IES. Diante das análises realizadas, destaca-se as ações a seguir como foco de aprimoramento:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Verificar o desempenho dos docentes, cursos, coordenadores e infraestrutura oferecida aos alunos e professores.	Realizar semestralmente a autoavaliação interna. Analisar estatisticamente os questionários respondidos pelos alunos. Sensibilizar a todos da importância do desenvolvimento de uma cultura de avaliação interna. Conscientizar sobre a importância da participação dos alunos na avaliação dos docentes. Utilização destas informações para compor a avaliação docente.	Conscientizar os alunos e docentes a responderem os questionários de autoavaliação. Resultados podem orientar as políticas institucionais. Ajuda a reforçar a missão da IES no que se refere à qualidade de ensino. O resultado observado reflete-se diretamente na gestão dos cursos de graduação. Auxilia os gestores da IES nas tomadas de decisão de manutenção, ampliação e reestruturação de toda a sua capacidade estrutural.
Apresentar os resultados da autoavaliação e da avaliação interna.	Disponibilizar resultados nas Unidades e no site.	Disponibilizar os resultados da avaliação interna aos discentes, docentes e funcionários da IES.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Monitorar o processo de atendimento aos discentes.	Acompanhar a retirada de documentos pelo aluno online. Verificar oportunidades de melhoria do atendimento aos discentes.	Os processos estão ficando mais rápidos. Detectada a demanda alta em períodos limites.
Manter a coerência da concepção da matriz curricular e a organização didático-pedagógica e a pertinência dos currículos.	Promover a integração das disciplinas entre um curso e outro visando sempre a interdisciplinaridade.	De acordo com as propostas de ensino descritas no PDI a IES desenvolve as atividades acadêmicas de modo a garantir a qualidade do ensino. Todas as ações são planejadas juntamente com diretores, coordenadores e professores.

<p>PPI e o Projeto Pedagógico dos cursos se baseiam nos pressupostos do PDI.</p>	<p>Revisão dos Projetos dos cursos e do PDI.</p>	<p>De acordo com as propostas de ensino descritas no PDI a IES desenvolve as atividades acadêmicas de modo a garantir a qualidade do ensino. Todas as ações são planejadas juntamente com diretores, coordenadores e professores.</p>
<p>Articulação do PDI com o PPI e os PPC's.</p>	<p>Revisão dos Projetos dos cursos e do PDI para que todos estejam articulados.</p>	<p>Participação da comunidade acadêmica.</p>
<p>Manter modelo de questões das avaliações do ENADE.</p>	<p>Utilizar cerca de 30% das questões das avaliações formais de acordo com o modelo do ENADE.</p>	<p>Buscar apoio de todos os envolvidos. Conscientizar os alunos da importância do ENADE.</p>
<p>Análise de convênios e parcerias em estágio.</p>	<p>Buscar convênios para a realização de estágios.</p>	<p>Melhor qualificação do aluno com articulação da teoria e a prática.</p>
<p>Manutenção das bolsas estudantis.</p>	<p>Divulgação no <i>site</i> institucional e via <i>mailing</i> para os discentes.</p>	<p>Oportunidade aos alunos com baixa renda.</p>

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Ensino.	Manter Currículos flexíveis, de acordo com a demanda de mercado e as diretrizes curriculares nacionais.	Manter processos participativos de construção do conhecimento.
Incentivar a produção científica nos cursos de mestrado.	Estimular a produção de artigos científicos.	Corpo docente e discentes envolvidos com a pesquisa.
Manter a oferta do nivelamento de disciplinas.	Manter divulgação do nivelamento para os discentes.	Manter turmas de nivelamento de Língua Portuguesa e Matemática.
Promover a orientação prática da matriz curricular (visitas técnicas, atividades estruturadas e estudos de caso previstos nos planos de ensino e nas matrizes curriculares dos cursos).	Incentivas as atividades estruturadas desenvolvidas dentro de várias disciplinas dos cursos visam levar a acadêmica a desenvolverem postura proativa de busca de conhecimento.	Realizar visitas técnicas. para aproximação das vivências práticas, no conteúdo das disciplinas envolvidas.
Constituir grupos de pesquisa.	Incentivar criação das linhas de pesquisa.	Buscar mais incentivo para participação dos docentes em congressos, seminários, palestras, etc.
Extensão.	Elaborar cursos e divulgação dos mesmos à comunidade.	Maior qualificação dos alunos e reconhecimento da instituição. Mais capacitação para funcionários de empresas locais e regionais.
Oportunizar debates/discussões através de palestras, onde os palestrantes convidados apresentam suas experiências profissionais. Aproximação de personalidades da administração regional com os alunos.	Manter eventos onde os palestrantes convidados falam sobre suas experiências profissionais e suas áreas de conhecimento. Buscar trazer personalidades de renome para que os alunos tenham acesso a estas pessoas.	Permitir interação entre alunos e palestrantes. Alguns temas contribuem para a reafirmação de conteúdo. Muitas das vivências comprovam a teoria pela prática descrita pelos palestrantes.
Incentivar a participação dos discentes nos órgãos colegiados.	Proporcionar o envolvimento dos discentes.	Comprometimento dos docentes e discentes. Produções divulgadas no site da instituição.
Divulgação de eventos/atividades.	Eventos à comunidade interna.	Atuação do Departamento de <i>Marketing</i> .

Atualizar constantemente o <i>site</i> institucional em suas informações.	Busca-se manter atuais as informações e em tempo hábil para os envolvidos.	Nova página do site está mais dinâmica. Atuação do Departamento de <i>Marketing</i> .
Política de acesso, seleção e permanência de discentes.	Vestibulares semestrais. Bolsas de estudos. Núcleo de Apoio Pedagógico.	Avaliação da satisfação do acadêmico em relação ao curso, para manter a permanência.
Acompanhamento sistemático da performance dos alunos no ENADE.	Elaboração de Proposta de melhorias.	Reunião com docentes para traçar ações de melhorias no curso.

Eixo 4 – Políticas de Gestão:

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Avaliação do desempenho docente.	Avaliação institucional semestral.	Realização semestral da avaliação institucional. Devolução dos resultados. Destaque dos docentes mais bem avaliados.
Plano de Carreira, Cargos e Salários.	Divulgar o Plano de Carreira, Cargos e Salários para os docentes.	O plano existente vem sendo cumprido e respeitado. Mantém o equilíbrio salarial interno entre os cargos. Orienta quanto as possibilidades de ascensão profissional. Propicia a retenção de talentos na Instituição pela possibilidade de crescimento na carreira.
Promover a integração do novo colaborador técnico administrativo.	Agendar a apresentação <i>in loco</i> em todos os setores.	O acolhimento dos novos colaboradores permite conhecimento dos atores e suas funções por toda a equipe.
Promover a socialização e ambientação dos novos docentes.	Comunicar da necessidade de participar do encontro da Convenção Acadêmica.	O conhecimento amplo da cultura da instituição é facilitado, bem como a operacionalização dos processos administrativos e acadêmicos.
Capacitar o corpo docente.	A instituição oferece aos professores bolsas de estudos nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado.	Permite o crescimento e o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes.
Capacitar o corpo técnico administrativo e gerencial.	A Instituição oferece bolsas de estudos nos cursos de graduação e pós-graduação.	Permite o crescimento e o desenvolvimento pessoal e profissional do corpo técnico administrativo. Proporciona estímulo e motivação dos envolvidos.
Sistema de Avaliação do Desempenho de Docentes.	Sistema de avaliação institucional	Cria uma cultura de avaliação, buscando o autodesenvolvimento por meio do autoconhecimento. Propicia o recebimento de feedbacks tanto para os docentes e área acadêmica em geral, como para a área administrativa.

Eleger os representantes e vice representantes de turma.	Eleição dos representantes e vice representante de turma.	Participação dos alunos.
Monitorar e controlar o orçamento anual.	O monitoramento e o controle do orçamento anual são efetuados diariamente através de planilhas que permite o comparativo de todas as contas de receita, despesas e investimentos orçadas e executadas.	Mudanças durante o ano que acabam impactando um melhor controle e gerando morosidades. Dados resultantes do Real x Orçado, como base para tomada de decisão.

Eixo 5 – Infraestrutura Física:

ANÁLISES REALIZADAS	AÇÕES PROGRAMADAS	RESULTADOS ESPERADOS
Rotinas permanentes de manutenção da infraestrutura e setores administrativos.	Permanentemente são realizadas obras de manutenção e reparos a fim de garantir a perfeita condição de ensino e aprendizagem.	A manutenção preventiva das instalações permite a faculdade manter ótimas condições de trabalho. Maior integração entre os docentes e área administrativa.
Realizar a manutenção da iluminação e climatização das salas de aula.	Verificação periódica da luminosidade e climatização nas salas de aula.	A boa iluminação permite aos usuários das salas de aula uma maior visibilidade do conteúdo exposto no quadro branco, facilitando a leitura.
Procedimento para a reserva de equipamentos multimídia.	Reservas feitas com prazo de 24h de antecedência para programação.	Facilidade no atendimento do serviço.
Estabelecimento de ações de limpeza.	Manutenção de limpeza constante de todos os ambientes da Instituição.	Possibilidade de novas contratações.
Análise de infraestrutura física e tecnológica existente.	Reuniões periódicas para adequação e reformulação do espaço.	Incentivo da Mantenedora e da Alta Gestão.



4. CONSIDERAÇÕES

A autoavaliação constitui-se num componente que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo que se desenvolve nas IES, integrando todos os demais componentes da avaliação institucional, entendendo-se autoavaliação como um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição. O seu caráter diagnóstico e formativo de autoconhecimento deve permitir a análise das prioridades estabelecidas e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas.

Pretende-se que esse relatório da avaliação institucional sirva para o autoconhecimento institucional, orientando a gestão para a definição de seu planejamento estratégico a partir das potencialidades e fragilidades apresentadas. Apesar das limitações, a avaliação institucional mostra-se um processo de grande valor para a busca da melhoria contínua dos objetivos traçados, esse valor não está só nos conhecimentos adquiridos, nos relatórios elaborados, com críticas e sugestões, mas sim na expressão formativa do processo.

Espera-se contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento da avaliação e da gestão institucional preocupada com a formação de profissionais competentes tecnicamente e, ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade.